



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

JOANNES MOURA DA SILVA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA PECUÁRIA E NOVAS
DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO (PB)**

João Pessoa (PB)
2018

JOANNES MOURA DA SILVA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA PECUÁRIA E NOVAS
DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO (PB)**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito básico para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva

João Pessoa (PB)
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Joannes Moura da.

Reestruturação produtiva da pecuária e novas dinâmicas
territoriais no município de Monteiro (PB) / Joannes
Moura da Silva. - João Pessoa, 2018.
88 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Reestruturação Produtiva da Pecuária. 2. Políticas
Públicas. 3. CAPRIBOM. 4. Monteiro (PB). I. Silva,
Anieres Barbosa da. II. Título.

UFPB/CCEN

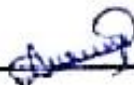
JOANNES MOURA DA SILVA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA PECUÁRIA E NOVAS
DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO (PB)**

Aprovada em: 04 / 06 / 2018

Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba/Departamento de Geociências



Prof. Drª Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba/Departamento de Geociências



Ms. Eduardo Ernesto do Rêgo (Examinador Externo)
Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia

Dedico à minha família, que sempre me incentiva a continuar mesmo quando as situações por um momento pareçam ser desfavoráveis.

AGRADECIMENTOS

Confesso que esta é a parte mais difícil do trabalho pois, não posso expressar com palavras meus verdadeiros sentimentos mas quero ressaltar que pude ser a melhor versão de mim durante todos esses anos.

Acima de tudo agradeço a Deus pela as oportunidades que até agora recebi.

À minha família, em especial e com muito carinho a minha mãe, Domiciana Moura da Silva, que com seus sábios conselhos pude fazer as escolhas certas e aprendi a crescer como pessoa e superar minhas limitações. Sua fé inabalável me faz forte e acreditar que as coisas são possíveis mesmo quando não parecem. Muito obrigada!

Ao meu pai, Antonio José da Silva, que com tristeza falava das oportunidades que não teve mas que com muito orgulho se alegrava ao ver seu sonho sendo realizado por seus filhos. Exemplo de dedicação e alegria, obrigada por ser sempre nosso escudo.

Ao meu irmão e melhor amigo, Juanderson Moura da Silva, juntos aprendemos que precisamos sempre cuidar um do outro. Mesmo estando longe a maior parte do tempo, sabemos que os bons, maus e estressantes momentos sempre estarão nos aguardando, porém ultrapassaremos as dificuldades com sabedoria e boas risadas.

A prof. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, não apenas por aceitar o convite, mas pelo fato de ter oferecido a primeira oportunidade no âmbito da pesquisa geográfica. Aprendi muitas coisas que levarei para a vida e, se hoje posso concluir este trabalho foi por ter me guiado em meus primeiros passos na Iniciação Científica.

Ao prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva, que aceitou o desafio de me “desorientar” e permitiu que gradativamente eu pudesse crescer dentro da Iniciação Científica. Penso que em muitos momentos tenha passado dos “limites das brincadeiras” (na maioria bobas) mas isto se justifica pelo fato de me sentir confortável no ambiente de estudo. Obrigada pela paciência durante esses últimos três anos, e pela a oportunidade concedida. Espero continuar a aperrear no futuro próximo.

A Eduardo Ernesto do Rêgo, por aceitar o convite e pela ajuda no decorrer dos projetos da Iniciação Científica.

A Petrúcio C. Oliveira, pelas incontáveis vezes em que o “incomodei” com as minhas dúvidas e muito solícito sempre me ajudou.

Ao colegas e amigos que fiz durante esta fase na Geografia, Juliana Cândido, Analice Alves, Laíse Silva, Kerolaide Souza, Verônica Medeiros, Stéphanie Medeiros, muito obrigada a todas!

A Jadiele Berto, apesar de ser maravilhosa como um “bombom negra linda” enfatizo que desteto essa mania de tirar fotos sem permissão ou fazer vídeos. Entretanto, agradeço pela amizade construída durante o curso, que rendem até hoje muitas lágrimas e sorrisos, muito obrigada!

A Suayze Douglas, que na maioria das vezes em que pensei em desistir das tarefas mais simples o mesmo não deixou. Obrigada por cuidar de mim como um bom irmão mais velho faz. Muito obrigada!

A Diego Dantas, no qual nos últimos dois anos na Iniciação Científica pudemos compartilhar momentos de ansiedade, alegria e de tristeza. Dividindo cada manhã, tarde, noite e madrugada, sempre desesperado mas com a esperança inabalada e a certeza que tudo daria certo no final, obrigada Diego. Apesar de sempre assusta-lo, ressalto que você é uma das poucas pessoas que posso chamar de amigo, assim sendo minhas palavras não podem expressar com exatidão minha gratidão.

Aos professores do Departamento de Geociências em especial as professoras Dr.^a Emília de Rodat Fernandes Moreira e a Dr.^a Camila Cunico e aos professores Dr. Marcelo Oliveira Moura, Dr. Eduardo Viana Rodrigues de Lima, Dr. Richarde Marques da Silva, Dr. Eduardo Galiza do Amaral Marinho, Dr. Bartolomeu Israel de Souza, e Dr. Rafael Faleiros de Padua. A todos obrigada por contribuíram para a minha formação.

Aos funcionários do Departamento de Geociências, em especial a Elvira Santos e a José da Cunha Lima, exemplo de profissionais, obrigada pela ajuda!

Meus agradecimentos a todos que fazem parte do Gestar: Laboratório de Estudos do Território, da Cultura e Etnicidade e do Laboratório de Estudos do Semiárido (LAESA/UFPB).

Agradeço aos meus amigos Jéssica dos Santos, Rafael Francisco, Denise Souza, Marilúcia Sousa, João Batista, Edriano Silva, Mariano Antônio e Wallison Martins, pelas boas gargalhadas, conselhos e pela compreensão nos momentos de ausência.

Meus agradecimentos aos seguranças do Departamento de Geociências, principalmente, ao Sr. Vladimir e ao Sr. Severino! Exemplo de profissionalismo, sempre prestativos, principalmente, durante as madrugadas.

Por fim agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) pelo financiamento no período da Iniciação Científica. À Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) em especial ao assistente social Alexandre Miranda, sempre solícito!

Muito obrigada a todo (a)s!

**“Algo só é impossível até que alguém
duvide e prove o contrário. [...]”**

Albert Einstein

RESUMO

O processo de modificação da base técnica da agropecuária brasileira sofreu forte influência a partir de meados do século XX com a adoção dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, cuja finalidade principal era potencializar a produção e aumentar a produtividade por meio da intensificação das técnicas e da propagação do capitalismo financeiro no campo. Em algumas áreas ou regiões do Estado da Paraíba esse processo também apresenta alterações na base técnica da agropecuária. O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de Reestruturação Produtiva da pecuária e as novas dinâmicas territoriais no município de Monteiro (PB). No recorte proposto para o estudo, observa-se o emprego massivo tanto de projetos como, por exemplo, o Cooperar, Agrocapri, quanto de políticas governamentais de incentivo à produção pecuária, sobretudo a leiteira, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por meio do Microcrédito Rural (PRONAF/B), o Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Leite (PAA/Leite) e o Pacto Novo Cariri, que tem gradativamente alterando as relações sociais e, principalmente as de produção, resultado das novas tecnologias produtivas. Para entender o processo ora em curso, nos apoiando na abordagem descritiva-reflexiva uma vez que procuramos por meio da análise do fenômeno entender as modificações atuais no município, para tal, utilizamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, coleta de dados primários e secundários e por fim os tratamentos dos dados que resultaram na elaboração de mapas, gráficos e tabelas. No atual processo de modificações na base técnica produtiva podemos verificar também a interdependência dos setores agrícolas e industriais representado pela presença da Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM), pois entendemos que a mesma se apresenta como uma das fomentadoras do processo de Reestruturação Produtiva da pecuária que tem influenciado o desenvolvimento territorial e a reorganização dos espaços rurais do município.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva da Pecuária. Políticas Públicas. CAPRIBOM. Monteiro (PB).

ABSTRACT

The process of modifying the technical basis of Brazilian agriculture was strongly influenced from the mid-twentieth century with the adoption of technological packages of the Green Revolution, whose main objective was to boost production and increase productivity by intensifying techniques. And the spread of financial capitalism in the countryside. In some areas or regions of the State of Paraíba, this process also presents changes in the technical basis of agriculture. This study aims to understand the process of Productive Restructuring of livestock and the new territorial dynamics in the municipality of Monteiro (PB). In the proposed study, there is a massive use of projects such as Cooperar, Agrocapri and government policies to encourage livestock production, especially milk production, as in the case of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, through the Microcrédito Rural (PRONAF/B, Programa de Aquisição de Alimentos, in the form Leite (PAA/Leite) and the Pacto Novo Cariri, which gradually changed the social relations and, mainly, the production, resulting from the new productive technologies. In order to understand the process in progress, based on the descriptive-reflexive approach, once we try to analyze the phenomenon comprising the current modifications in the municipality, we use the following procedures: bibliographic survey, field research, primary and secondary data collection, and finally the processing of the data that resulted in the elaboration of maps, graphs and tables. In the current process of modifications in the productive technical base, we can also verify the interdependence of the agricultural and industrial sectors represented by the presence of the Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM), since we understand that it is one of the promoters Productive Restructuring that has influenced the territorial development and the reorganization of the rural areas of the municipality.

Keywords: Productive restructuring of livestock. Public policy. CAPRIBOM. Monteiro (PB).

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade e valor dos contratos do PRONAF, Paraíba (2018)	44
Tabela 02 - Quantidade e valor dos contratos do PRONAF, Monteiro (PB).....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Produtores de leite bovino e caprino cadastrados por regional (PAA/Leite) (2017)	46
Gráfico 02 - Efetivo de rebanhos no município de Monteiro (PB)	49

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização Geográfica do município de Monteiro (PB).....	17
Mapa 02 - Área de Atuação do Pacto Novo Cariri	48
Mapa 03 - Principais pontos de coleta e quantidades de tanques de resfriamento	66
Mapa 04 - Área de comercialização dos produtos da CAPRIBOM	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Subprojetos do AGROCAPRI e suas finalidades	52
Quadro 02 - Número de Cooperativas, Cooperados e empregados, por segmento	60
Quadro 03 - Órgão concedente, conveniente e valor total do financiamento, Monteiro.....	84

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Área de atuação dos financiamentos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Nordeste brasileiro	41
Figura 02 - Fluxograma da estrutura interna da CAPRIBOM.....	67
Fotografia 01 - Raça caprina leiteira Saanen em estabelecimento rural, Sítio Aroeiras, Monteiro (PB).....	55
Fotografia 02 - Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (AOCOP).....	63

Fotografia 03 - Associação dos Produtores de Leite de Vaca do Cariri (ASPROLVAC).....	64
Fotografia 04 - Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM).....	64
Fotografia 05 - Tanque de resfriamento para a coleta do leite em estabelecimento rural, Monteiro.....	65
Fotografia 06 - Queijo de cabra Carimilk	72
Fotografia 07 - Queijo de vaca Carimilk e iogurtes Lilibom	72
Fotografia 08 - Casa do queijo da CAPRIBOM, Monteiro	73
Fotografia 09 - Abatedouro e Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Monteiro	75

LISTA DE SIGLAS

AOCOP – Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano

ASPROLVAC – Associação dos Produtores de Leite de Vaca do Cariri

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CAI – Complexos Agroindustriais Brasileiros

CAPRIBOM – Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro

CENDOV – Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DNOCS – Departamento Nacional de Combate as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba

ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

EUA – Estados Unidos das Américas

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

LAESA – Laboratório de Estudos do Semiárido

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM – Pesquisa Pecuária Municipal

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PROCASE – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó

PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROPESQ – Pró-Reitoria De Pesquisa

RURAL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural no Nordeste

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIDRA – Sistema de Recuperação Automática

SIE – Serviço de Inspeção Estadual

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

Sumário

RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	16
Aspectos gerais da área de estudo	17
CAPÍTULO I - OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA NOVA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO (PB).....	21
1.1 Espaço geográfico: uma construção social	22
1.2 Território: a materialização do espaço geográfico.....	24
1.3 Reestruturação produtiva do capital no campo	26
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS E AS MUDANÇAS NA BASE TÉCNICA PRODUTIVA DA PECUÁRIA.....	37
2.1 O desenvolvimento econômico do campo a partir dos incentivos governamentais.....	38
2.1.2 As políticas públicas agrícolas destinadas ao Nordeste	39
2.1.2.1 As políticas públicas agrícolas na Paraíba	43
2.1.2.1.1 Os projetos de desenvolvimento da pecuária no município de Monteiro (PB).....	47
CAPÍTULO III - AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO E A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO.....	57
3.1 Breves considerações acerca do cooperativismo agropecuário	58
3.2 A nova dinâmica territorial no município de Monteiro (PB).....	62
3.2.1 A dupla natureza da Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM)	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
APÊNDICES.....	83

INTRODUÇÃO

Sabendo que processo de modificação da base técnica da agropecuária brasileira sofreu forte influência a partir de meados do século XX, com os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, cuja finalidade principal era potencializar a produção e aumentar a produtividade por meio da intensificação das técnicas e da propagação do capitalismo financeiro no campo, a atual fase da agropecuária é denominada por muitos estudiosos, como Elias (2003; 2005; 2006), de reestruturação produtiva, isto é, o emprego maciço tanto de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos principalmente pelo setor industrial, que vem provocando gradativamente alterações nas relações de produção e, sobretudo, nas relações sociais. Em outras palavras, as formas consideradas tradicionais foram substituídas para atender as exigências do mercado agrícola global.

Apesar desse quadro de referência, algumas áreas ou regiões do Estado vêm se destacando quanto ao processo de modificação da base técnica da agropecuária, a exemplo do município de Monteiro, localizado na Região Geográfica Imediata de Monteiro (IBGE, 2017). E é neste contexto de mudanças que o presente estudo se insere, ao ter como objetivo compreender o processo de reestruturação produtiva da pecuária e as novas dinâmicas territoriais no município de Monteiro (PB). Para tal, acreditamos ser imprescindível a identificação das mudanças na base técnica e produtiva e seus rebatimentos no território, por meio da reflexão sobre as políticas públicas que fomentaram o referido processo e a prática do cooperativismo agropecuário, e, como consequência, apresentar as contradições decorrentes da reestruturação produtiva da pecuária.

A escolha pela temática de pesquisa proposta deriva das inquietações adquiridas durante a participação, como bolsista, em projetos de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq). Durante a execução dos Planos de Trabalho, principalmente com a realização de trabalhos de campo, foram identificadas algumas mudanças na base técnica produtiva da agropecuária, que vem ocorrendo com maior intensidade nos últimos anos.

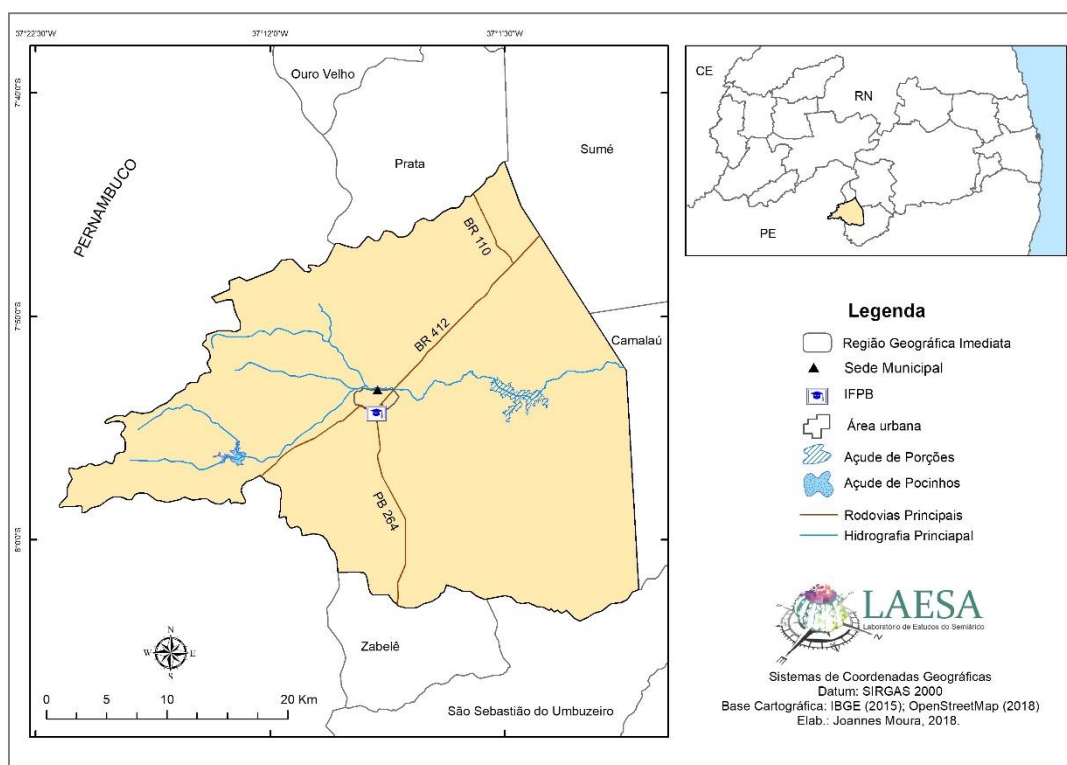
No que se refere ao recorte territorial da pesquisa, a escolha do município de Monteiro se justifica pelo fato do mesmo ser considerado pelos gestores municipais e diretores de associações e cooperativas agropecuárias como um modelo de absorção das políticas públicas desenvolvidas para o setor, sobretudo, a pecuária leiteira.

Aspectos gerais da área de estudo

Historicamente, Monteiro correspondia a uma vasta área compreendida por fazendas de criação de gado. Já nos anos de 1800, devido à construção de uma capela consagrada a Nossa Senhora das Dores, construída por Manoel Monteiro do Nascimento as margens do Rio do Meio, foi atraindo habitantes de outras regiões do Cariri. Quarenta anos mais tarde, tinha-se um povoado, inicialmente nomeado de Lagoa de Periperi, uma vez que a capela fora construída pela concessão de uma parte das terras da fazenda. Mais tarde, o povoado criado pela Lei Provincial nº 194/1865 recebeu o nome de Alagoa de Monteiro, em alusão ao seu fundador. Desmembrado de São João do Cariri, o município foi criado pela Lei nº 457/1872, quando passou a se chamar Monteiro (SEBRAE/PB, 1997).

Inserida na Região Geográfica Imediata de Monteiro (IBGE, 2017), o município limita-se ao Norte com o município paraibano da Prata; a Oeste, com os municípios pernambucanos de: Sertânia, Iguaraci e Tuparetama; ao Sul, com os municípios paraibanos de São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê e ao Leste, com mais dois municípios da Paraíba: Sumé e Camalaú. (Mapa 01).

Mapa 01: Localização Geográfica do município de Monteiro (PB)



Elaborado pela autora.

Com aproximadamente 33.039 habitantes, dos quais 10.591 residem na zona rural, segundo o último Censo demográfico (IBGE/2010), o município de Monteiro está a 319 quilômetros da capital do Estado. Sua área territorial corresponde a 986 Km², o que representa cerca de 14,40% da área da Microrregião¹ e aproximadamente 1,78 da área do Estado (IBGE/Cidades, 2010).

No que se referem às características físicas, o recorte de estudo apresenta solos Luvisolos, altimetria variando entre 530 a 1079 metros, clima predominante de característica semiárida com temperatura média de 23,7 °C, precipitação pluviométrica média anual de 736 mm, e vegetação do bioma Caatinga hiperxerófila, arbórea ou arbustiva densa (vegetação espinhosa). A hidrografia é composta por pequenos riachos e um dos principais rios do estado, o Rio Paraíba, que tem sua nascente na Serra de Jabitacá, em Monteiro, e que recentemente passou a receber água do Rio São Francisco. Além disso, destacam-se de açudes, como Pocinhos, com capacidade de 5.900.000m³, e Porções com 29.106.000m³ de água, (MARANHÃO, 2014).

Em se tratando da economia, Monteiro possui sua base voltada para as atividades agropecuárias, comércio, setor de serviços e funcionalismo público. Segundo os dados do PNUD (2010), o IDHM médio corresponde a 0,628².

No que se refere ao processo de modificação da base técnica produtiva da pecuária, partimos do pressuposto de que ele foi intensificado a partir da adoção de políticas públicas voltadas para o crescimento econômico e da melhoria das condições socioeconômicas da população local. Tais políticas e programas governamentais, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por meio do Microcrédito Rural (PRONAF/B); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/Leite), que se encontra inserido no Programa Fome Zero; e o Pacto Novo Cariri, possibilitaram novas dinâmicas territoriais decorrentes, sobretudo, na base produtiva e organizacional e de estímulos às práticas do cooperativismo, que gradativamente estão transformando as relações de produção e de trabalho.

Matizado por este entendimento e pela carência de estudos referente ao processo de reestruturação produtiva do capital no espaço agrário de Monteiro que nossas inquietações são alimentadas por meio do processo ora em curso na área de estudo, e se

¹ Este valor refere-se a delimitação anterior do município que estava inserido na Microrregião do Cariri Ocidental e na Mesorregião da Borborema. Neste trabalho utilizamos a nova delimitação do IBGE (2017).
² O índice de Desenvolvimento Humano Municipal é composto por três variáveis: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (Atlas de Desenvolvimento Humano), disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/monteiro_pb

traduzem na seguinte indagação: qual a influência e os rebatimentos no território do processo de modernização da base técnica da pecuária no município de Monteiro, a partir das políticas públicas e do cooperativismo?

Com a finalidade de melhor compreender o processo de reestruturação produtiva da pecuária, ora em curso no município de Monteiro (PB), buscamos cumprir nossos objetivos de pesquisa nos apoiando na abordagem descritiva-reflexiva, uma vez que procuramos, por meio da análise do fenômeno, entender as modificações atuais no município. Para isso, utilizamos os seguintes procedimentos:

a) **levantamento bibliográfico.** Este procedimento possibilitou a construção dos aportes teóricos e a busca de informações documentais em portais especializados, tais como: Portal do *Scielo*; Portal da Capes, Portal da Universidade de São Paulo (USP), Banco de dissertações e teses da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de consultas no Portal do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), *campus* de Monteiro (PB);

b) **pesquisa de campo**, na qual realizamos entrevistas e visitas a estabelecimentos rurais, com o objetivo de verificar as mudanças no processo produtivo, realizar registros fotográficos e aplicar questionários de pesquisa. Os trabalhos de campo foram realizados em 17 de abril do presente ano na Secretária de Agricultura e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do município, na Cooperativa de Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM) e alguns estabelecimentos rurais.

c) **coleta de dados secundários.** A coleta de informações e dados foram feitas principalmente no portal do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e

d) **tratamento dos dados**, que resultaram na elaboração de gráficos, tabelas e mapas, no *software* Arcgis e Qgis.

Assim sendo, buscamos por meio desta pesquisa compreender o processo de reestruturação produtiva da pecuária, evidenciando as novas dinâmicas territoriais e as contradições decorrentes desse processo, as quais se manifestam de diversas formas. A realização da pesquisa também se justifica pela possibilidade de colaborar para o fortalecimento dos estudos que se encontram em desenvolvimento no Laboratório de Estudos do Semiárido (LAESA/UFPB) e, consequentemente, contribuir para a Geografia Agrária paraibana.

Em se tratando da estrutura do trabalho monográfico, o mesmo encontra-se estruturado em três capítulos, além da introdução, das considerações finais, das referências bibliográficas e dos apêndices. No primeiro capítulo, intitulado “Os

pressupostos teóricos da nova organização territorial do município de Monteiro (PB)” nos propomos a compreender as modificações que estão em curso no espaço geográfico municipal e os principais conceitos e categorias de análise que subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa. No segundo capítulo, denominado de “Políticas Públicas Agrícolas e as mudanças na base técnica produtiva da pecuária”, buscamos entender o fenômeno da modernização da pecuária por meio das políticas governamentais concedidas pelo Estado. Por fim, o terceiro capítulo intitulado de “As novas dinâmicas territoriais no município de Monteiro e a prática do cooperativismo agropecuário” procuramos analisar o desenvolvimento da Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM) e sua influência no desenvolvimento territorial, pois entendemos que a mesma se apresenta como um veículo de dispersão das novas tecnologias que compõem o espaço agrário, corroborando, portanto, para uma nova reorganização do território.

CAPÍTULO I

OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA NOVA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO (PB)

Na tentativa de compreender as modificações que estão em curso no espaço geográfico do município de Monteiro (PB) e que se pautam os questionamentos desta pesquisa, torna-se indispensável compreender a atual dinâmica econômica e social dos territórios rurais.

Deste modo, neste capítulo, buscaremos discorrer sobre os principais conceitos e categorias de análise que subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa. Esta discussão está pautada nas reflexões e leituras baseadas na pesquisa bibliográfica, na tentativa de compreender sobre os conceitos fundantes deste trabalho, sendo eles: espaço geográfico, território, reestruturação produtiva da agropecuária, políticas públicas e cooperativismo agropecuário.

Em suma, buscamos compreender as transformações que se apresentam materializadas no território da área pesquisada, por meio da territorialização de capitais, além dos sistemas de informações e comunicações.

1.1 Espaço geográfico: uma construção social

Neste sentido, partimos do pressuposto de que o espaço geográfico é compreendido como espaço social, ou seja, o “[...] locus da reprodução das relações sociais de produção [...]” (CORRÊA 2000, p.25), isto é, o espaço geográfico é uma construção ideológica da sociedade, apropriado de diferentes formas por diferentes povos em diferentes momentos históricos. Portanto, o espaço não é um quadro neutro ou estático em que as ações humanas não se manifestam em inúmeras escalas, mas, sim “[...] toda prática humana, é o elemento fundamental de transformação da natureza [...]” (SALVADOR, 2009, p.114).

Ainda em conformidade com Corrêa (2000), concordamos com o autor ao afirmar que o espaço geográfico é uma construção social e inseparável do tempo, entendemos que a sociedade não pode se realizar fora do espaço, pois, a sociedade apenas se torna concreta a partir do espaço, ou seja, o espaço se constitui uma realidade objetiva resultante das transformações contínuas da sociedade. Portanto, esta construção social intensifica as contradições no espaço, isto é, Corrêa (2000) ao comungar com Soja e Hadjimichalis (1979), afirmar que o espaço se manifesta como recipiente de acúmulo das contradições sociais em virtude do sistema capitalista de produção.

E neste sentido, concordamos com Santos e Silveira (2001) ao afirmar que o espaço geográfico deve ser entendido como sinônimo de território usado, ou seja, cada

porção do território possui suas particularidades, no qual, tende a responder de diferentes formas às ações dos agentes que nele atuam, sendo, portanto resultado de ações passadas e presentes. Sendo assim, ressaltado que o espaço geográfico para Santos é compreendido como a união indissociável de sistemas de objetos, sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado, apropriado e organizado (SANTOS, 1996).

E é nesta linha de raciocínio que Santos (1985) propõem as categorias de análises do espaço, pois, as relações sociais intensificam as contradições no espaço e geram suas particularidades no território. Portanto, estas manifestações devem ser compreendidas por meio da forma, função, estrutura e processo.

Isto porque, entendemos que a partir destas categorias podemos compreender e discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade, ou seja, destotalizando com o objetivo de compreender as partes por meio de sua dialética para (re)totalizar e entender o contexto das modificações atuais. Sendo assim, destacamos:

Forma, função, estrutura e processo [...]. Tomados individualmente representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Consideradas em um conjunto, porém, e relacionadas entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

Estas categorias permitem entender a relação espaço-sociedade ao longo da história, visto que o espaço é construído processualmente e possui uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente de acordo com cada sociedade.

Segundo o mesmo autor, a lógica de interpretação do espaço geográfico deve sempre seguir o caminho em que o processo que se realiza continuamente molda a sociedade por meio de um conjunto de mecanismo e ações, nos quais, a estrutura, anteriormente organizada, passa a se adaptar, originando novas características. As funções referem-se às atividades humanas que são redefinidas a todo o momento, garantindo assim, a reprodução social. E, por fim, a forma, considerada como o resultado final das criações humanas – que podem ser materiais ou não, em que diversas sociedades se realizam independente da escala e/ou localização.

Tendo essas categorias de análise do espaço, Santos (1978) ressaltava que o espaço é organizado pelo homem em uma estrutura subordinada-subordinante, em que o espaço

geográfico passa a ser dotado cada vez mais dos sistemas de objetos artificiais igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tende a fins estranhos, ao lugar de seus habitantes.

Como consequência, o espaço passa a acumular desigualdades na medida em que, historicamente, outros locais se tornaram mais atrativos, desenvolvendo-se mais rápidos e, em outras áreas não interessantes, o desenvolvimento se dá da forma mais lenta. Vale ressaltar, que o modo de apropriação do espaço se dá, essencialmente, pela sucessão dos sistemas técnicos e coloca, consequentemente, a técnica como elemento central.

Neste sentido, a técnica pode ser compreendida como “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 1997b, p. 16). Ainda de acordo com o pensamento do autor, “[...] na realidade, toda técnica é história embutida [...] a técnica é tempo congelado e revela uma história” (Santos 1997b p. 29). A partir destas afirmações, acrescentamos que a técnica é um conjunto de materiais geográficos em que não se apresentam de forma isolada, todavia, ela se torna necessária para a modelagem e compreensão do espaço geográfico em sua totalidade.

1.2 Território: a materialização do espaço geográfico

Sabendo-se que o espaço é uma construção social, podemos afirmar que o território é a materialização do espaço. Porém, inicialmente, ressaltamos que a expressão território origina-se do latim *territorium*, que deriva de terra. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa (1913), o termo, ocasionalmente, designa uma porção do espaço, com grande extensão de terra; área de um país, de um Estado, de uma cidade, etc. previamente delimitada por fronteiras fixas a partir de uma relação de posse e/ou propriedade. Todavia, esta definição simples não expressa em sua totalidade às faces políticas e/ou culturais que o território compõe.

Neste sentido, na tentativa de compreender o território e sua dinâmica, enfatizamos, segundo Raffestin (1993) que “o território se forma a partir do espaço, [...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993 p. 143)”. Reforçamos a materialização do espaço ao partilharmos o pensamento de Medeiros (2009) ao certificar que:

O espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez é a condição para que o espaço se humanize. O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder (MEDEIROS, 2009 p.217).

Sendo, portanto, o território um espaço político e um lugar de poder, Raffestin (1993) reafirma que este poder é originário a partir das relações de trabalho, uma vez que sendo organizado pelos homens, torna-se uma estrutura subordinada e subordinante fornecendo a produção de energia e informação para ser utilizada como conhecimento em prol da dominação. Vale salientar que, o território é composto também por superfícies, pontos e redes, permitindo assim a integração e a conexão dos territórios, uma vez que, o mesmo é produzido por diversos sujeitos independente da escala. Portanto,

As relações de poder se traduzem por malhas, redes e centralidades, as quais constituem categorias invariáveis do poder. A rede é flexível, móvel e inacabada. É instrumento de poder e imagem do poder dos atores dominantes. Ela se adapta às variações espaciais e temporais, sendo assim, instrumento ideal do poder. [...] Destarte, as redes devem ser decifradas através de sua história, de seus territórios, de seus modos de produção e suas técnicas. (Boas, 2015 p. 118)

Desta forma, sendo o resultado da materialização do espaço, o território possui identidade própria, dado que existem inúmeras representações territoriais (raças, religiões, etnias, etc.), neste sentido, compactuamos com os pensamentos de Santos e Silveira (2001) ao afirmar que o território revela ações passadas e presentes por meio dos seus fixos (estático no território, normalmente, de ordem pública e/ou social) e fluxos (móveis caracterizados pelas ações dos elementos públicos e privados).

Nesta lógica, “[...] a categoria de análise é o território utilizado [...]” (Santos e Silveira 2001, p. 247), isto é, o território por si próprio não apresenta os interesses diversos dos agentes sociais, todavia, o uso que se faz dele sim. Neste ponto, entendemos segundo Santos (2001) que o território usado é permeado pelos objetos e técnicas, pois, sua construção é simultaneamente material e social, composto por uma dialética, derivado dos produtos históricos das necessidades e interesses humanos, sobretudo, a partir de uma relação de domínio e de exercício do poder, apresentando características próprias, sejam os econômicos, culturais ou políticos. Estes elementos constituem a formação dos territórios.

1.3 Reestruturação produtiva do capital no campo

A lógica de transformação contínua das relações sociais nas últimas décadas representadas pelas economias capitalistas (desenvolvidas e em desenvolvimento) passaram a enfrentar sucessivas mudanças provocadas na esfera econômica, que se encontram entrelaçadas pelo “[...] processo de reestruturação das formas de organização do capital a nível internacional, sob a égide do ideário neoliberal e [...] as novas tecnologias de informação (NTI)” (PREVITALLI; FARIA, s.d.), com o objetivo de expandir a produção de mercadorias e maximizar os lucros e as condições para sua acumulação.

Em decorrência disto, a crise no sistema tornou-se inevitável e seus elementos podem ser identificados pelo modelo de produção verificada no período, isto é, o binômio Taylorismo/Fordismo que devido ao declínio dos lucros provocou a incapacidade de responder à retração do consumo que se acumulava, gerando o aumento da fragilidade das relações de trabalho. Em resposta a crise de acumulação do capital “[...] foi implementado um amplo processo de reestruturação produtiva - caracterizada pela desregulamentação dos direitos do trabalho e dos direitos sócio-políticos conquistados [...]” (ANDRADE, 2011 p. 2).

Como uma das medidas de superar a crise do sistema fordista, o centro do capital por meio das ações governamentais previstas no pacote do *New Deal*³ visava, dentre outras coisas, o estímulo ao consumo em massa por meio da elevação dos salários e o reordenamento das exportações de matérias-primas.

No Brasil, após a crise do café, originado pela crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, o Estado se viu obrigado a reorganizar a sua economia, anteriormente, baseada na exportação da monocultura do café, a investir principalmente na indústria, consequentemente, adotando o pacote de desenvolvimento do campo, representado pela Revolução Verde⁴.

Por meio das sucessivas crises no sistema capitalista, Bolsa de Valores (1929), a Crise do Café e a Crise do Petróleo (1970) associada aos impactos negativos gerados pela Segunda Guerra Mundial, o sistema de produção baseada no fordismo passa a ser

³ Conjunto de ações governamentais (econômicas e sociais) concebidas por F. D. Roosevelt nos Estados Unidos das Américas (EUA) com o objetivo de contornar a crise no sistema capitalista (LOPES, 2014).

⁴ A Revolução Verde visava o aumento da produção de alimentos baseando-se na utilização intensiva de insumos químicos, melhoramento genético e a utilização de máquinas agrícolas no campo (SILVA; RÊGO; SILVA, 2017).

substituído pelo toyotismo. O atual modelo tem como pilares de sustentação a produção em massa, flexibilidade do trabalho, controle de custos, uso intensivo de máquinas e a aplicabilidade de ciência e tecnologia (LOPES, 2014).

Ainda em conformidade com Lopes (2014) concordamos quando o autor afirma que a reestruturação produtiva do capital “[...] é o processo pelo qual o sistema capitalista é constantemente submetido a novas adequações, por meio de novas ideologias e modelos econômicos como forma de superar as eventuais e constantes crises estruturais, as quais o capital está sempre sujeito” (LOPES, 2014 p. 39). Como resultado, os setores primários, secundários e terciários da economia deixaram de produzir separadamente e passaram a estarem intrincados de forma complexa e inseparável (LOPES, 2014).

É neste quadro de referência que a reestruturação produtiva se base no desenvolvimento técnico, científico e informacional, provocando dentre outras coisas uma nova reorganização espacial e territorial, com o objetivo de reconfigurar um novo urbano em sintonia com um novo rural, impulsionado a reprodução ampliada da lógica capitalista por meio de aquisições científicas e tecnológicas. É o que vem ocorrendo gradativamente na área pesquisada por meio da adoção de maquinários agropecuários e métodos biotecnológicos, com o intuito de promover a aceleração da produção em um menor espaço de tempo, considerando a inclusão e a exclusão da força de trabalho do processo e, conseqüentemente alcançando maior lucro.

Neste sentido, a reestruturação produtiva do capital passa a atuar em todos os setores da economia, como exposto anteriormente, sobretudo, no campo no qual, este passou a se adaptar as novas formas, principalmente, na nova relação capital *versus* trabalho. Nesta continuidade, a reestruturação produtiva do capital, como salienta Lopes (2014) se manifesta de diversas formas, principalmente

[...] ao se constituir-se na fotografia de uma pessoa jurídica, na condição de um grupo de indivíduos e/ou numa determinada corporação empresarial, a qual desenvolvem certas atividades e que possuem interesses em comum, passa a investir no meio rural em determinado ramo da atividade agrícola e/ou pastoril [...] (LOPES, 2014 p.33).

Vale salientar que o capital não se apropria apenas da terra, mas sim da força de trabalho, se aproveitando das vantagens locais e gerando novas relações de produção e principalmente de trabalho. No atual período técnico definido por Santos (2001) como meio técnico científico informacional, observa-se uma complexa e contraditória relação

no mundo do trabalho, havendo mudanças qualitativas e quantitativas nas formas de controle e exploração do trabalho.

Como um dos resultados do processo de reestruturação do capital, têm-se no mundo do trabalho, compreendido nas suas extensões institucionais, econômicas e sociais o reflexo dos efeitos atuais da crise do capital financeiro, no qual se desenvolveu a partir dos países centrais se estendendo aos países periféricos. Todavia, apesar de em um primeiro momento as economias centrais absorverem um impacto mais profundo o grau de intensificação das atividades financeiras é maior percebido nos países subdesenvolvidos por apresentarem uma economia mais sensível. Desta forma, ressaltamos que a reestruturação das formas de produção não se limitam, exclusivamente, aos interesses econômicos, mas sim a metamorfose do mundo do trabalho, seja está no campo, seja na cidade.

Esse processo atual tem intensificado, sobretudo, a precarização do trabalho no campo, uma vez que, uma das suas principais características é tanto o desarrajo quanto a instabilidade das formas de resistência da classe trabalhadora frente ao caráter destrutivo da acumulação flexível do capital, no qual tem se organizado por meio das divisões territoriais se manifestando assim de diferentes sentidos, como enfatiza Thomas Jr:

[...] processos produtivos; formas de contratação; manipulação constante do mercado de trabalho; substituição crescente de trabalho vivo por trabalho morto e o conseqüente *império* do desemprego; novas formas de controle do processo de trabalho e do tecido social pelo capital; formulação de políticas públicas compensatórias; militarização e judicialização da questão agrária; contra-reforma agrária; reformas nos códigos de leis, etc. (THOMAZ JR. 2004 p. 13;14).

Esta nova forma de organização espacial do trabalho, como caracterizou Thomaz Jr (2004), reforça a necessidade do sistema capitalista de manter a centralidade do trabalho, uma vez que, a mesma ainda se constitui como fonte de valor da sociedade capitalista (THOMAZ JR, 2004).

Portanto, estas alterações no mundo do trabalho estão intimamente relacionadas ao momento histórico do espaço que a regula, isto é, a técnica é entendida como elemento determinante desta mudança se colocando como regulador espacial do mundo do trabalho. Isto significa que “[...] toda vez que o período técnico muda, simultaneamente muda a forma de regulação espacial, e conseqüentemente, o mundo do trabalho” (SILVA, 2004 p.141).

Ainda neste sentido, Thomas Jr reforça que:

[...] muito se materializa territorialmente em nome da restauração de formas e procedimentos de dominação, que contêm novos processos de trabalho, de redefinição dos requisitos de qualificação e (re)qualificação do trabalhador, de (re)definição de políticas públicas, de reformas nos códigos de leis, por exemplo da CLT e das cláusulas trabalhistas e da proteção social da Constituição, bem como dos demais assuntos da agenda social, como as reformas tributária e previdenciária e os programas sociais do governo (2004 p. 15;16).

Com a nova ordem de organização do espaço e a redefinição da racionalidade da lógica de produção a reestruturação produtiva do capital buscou, também, potencializar a produção agropecuária, no qual está pautada em uma “[...] agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado [...]” (SANTOS, 2016 p. 161) objetivando, sobretudo, o aumento da produção e a maximização dos lucros.

Concordamos com Elias (2003) quando a autora propõe a periodização do atual modelo de produção agropecuária e sua reorganização no espaço agrícola, para isto a mesma apresenta três fases específicas. A primeira, a partir da década de 1950, se posta como a mudança da base técnica, ou seja, substituições das práticas tradicionais por inovações agrônômicas. A segunda fase é concretizada na década seguinte por intermédio da apropriação dos processos de produção agropecuária, caracterizada pela subordinação/união do setor agrícola ao setor industrial. E a última fase se manifesta após a década de 1970 e se apresenta até a atualidade. E é nesta atual fase que temos a integração dos capitais industriais, bancários, agrários e estatais ligados a verticalização das empresas que se materializam no campo mediante a territorialização do capital.

Em síntese, o processo de substituição das bases técnicas da agropecuária brasileira baseou-se em um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola (ELIAS, 2003).

Neste seguimento, concordamos com Thomaz Júnior ao afirmar que,

[...] os desdobramentos territoriais da reestruturação produtiva do capital no campo, têm nos indicado o conteúdo das ações do capital e do Estado, [...] intensificações da mecanização, política de desenvolvimento rural em detrimento de Reforma Agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e de pagamento (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p.16).

Portanto, com a utilização das novas técnicas as dinâmicas de reprodução dos espaços agrários passaram a ser incorporados à produção agropecuária globalizada, ou seja, com a inserção da técnica, ciência e informação o espaço agrário passou a atender aos padrões da chamada “agricultura científica” (ELIAS, 2010). Esta nova fase da agricultura científica no Brasil é denominada de reestruturação produtiva da agropecuária, em decorrência da intensificação das técnicas e da propagação do capitalismo financeiro no campo.

Elias (2006), por exemplo, conceitua a reestruturação produtiva da agropecuária como a utilização, “[...] de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses nas relações sociais de produção e acarretando transformações na divisão social e territorial do trabalho agropecuário [...]” (ELIAS, 2006 p. 284), ou seja, esta nova fase da agropecuária brasileira envolve o processo de mudanças técnicas, científicas e estruturais em que o homem do campo é a principal classe afetada.

Nesse sentido, Elias (2005 p. 4479) ainda destaca no âmbito do espaço agrário que:

A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira promoveu o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho. Dentre os resultados destacáveis temos uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano. As novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura científica e pelo agronegócio, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades locais e médias, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos.

Isto significa que atualmente, segundo Santos (2005), podemos caracterizar o Brasil como um país de regiões urbanas com atividades agrícolas e regiões agrícolas com áreas urbanas, isto porque o processo de substituição das bases técnicas tradicionais (arado de boi, enxada, etc.) implementadas no Brasil, permitiu no atual período técnico a expansão da agricultura científica pelo território nacional, configurando uma nova realidade urbana.

Como uma das consequências temos a produção da agricultura científica e a incorporação, dentre outras coisas, de uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que se caracteriza pelas alterações profundas e complexas em sua maioria expressas por meio da expansão de filiais de empresas nacionais e, principalmente, internacionais por

pontos específicos do território brasileiro e a expansão de novas fronteiras agrícolas que se espraia, especialmente, pelo interior do país.

Nesse mesmo processo, Santos e Silveira (2001) ainda enfatizam que não apenas ocorreu a dispersão da indústria mais também a disseminação das fazendas, pois nesta lógica de reprodução do espaço rural, a utilização de técnicas permitiu utilizar da ciência a subtração do tempo natural e a implantação de novas culturas. Segundo os autores:

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade de circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e preeminência dada à exportação consistem, certamente, dados que vão permitir reivindicar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001 p.118).

Em outras palavras, os autores reafirmam que a implantação da agricultura científica demanda constante inovações tecnológicas e condiciona o espaço a racionalidade que se apresenta por meio de seus fixos e fluxos, sendo assim, o tempo e o espaço não mais se constituem como barreiras à produção agrícola.

Além deste aspecto, têm-se como sequela dessa reestruturação produtiva da agropecuária, uma nova função designada ao território, como aponta Lima (2015) ao afirmar que “o processo de tecnificação do território se dá mediante a incorporação de técnicas, que funcionalizam o território e que permitem, dentre outras coisas, o acréscimo de máquina e implementos na agricultura” (2015, p. 37). Desta forma, o território encontra-se subjugado aos novos modelos agrícolas, ou seja, susceptível a inserção das diversas formas de uso.

Ainda se tratando da tecnificação no território Locatel (2012, p. 06), enfatiza que o mesmo pode ser entendido como a

[...] incorporação de bens de produção e insumos industriais pela agricultura, tende a refletir-se no aumento do consumo intermediário na agricultura, ou seja, a produção agropecuária inclui, no processo de produção, insumos como sementes selecionadas, defensivos, fertilizantes, ração e medicamentos animais, embalagens e outros produtos industrializados, tornando o processo produtivo cada vez mais complexo, e aumentando a dependência da produção agropecuária em relação à indústria.

Por meio da dispersão do meio técnico atual, o território “[...] ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças as enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e das informações, das ordens e dos homens [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2001 p.52-53). Isto significa que o espaço passa a conter mais fluidez na medida em que as informações passam a englobar dados indispensáveis a produção. Todavia, quanto mais técnica, ciência e informação um dado território obtém mais tecnificado ele se apresentará, se constituindo desta forma como um espaço atrativo aos investimentos de capital.

O Estado se coloca como percussor da disseminação do capital no setor rural por meio de investimentos governamentais em infraestruturas (rodovias, sistemas de telecomunicações, sistema de transmissão de energia, etc.) capazes de atrair capital e promover sua reprodução (LOPES, 2014).

Como resultado temos as políticas públicas agrícolas, que dentre seus objetivos tem-se a potencialização do processo de dispersão do capitalismo agrário, onde suas atuações são representadas por meio da formulação de ações que possuem o objetivo de aumentar a produção e a funcionalização do território rural. Neste sentido, Lopes (2014) enfatiza que,

Assim, de posse dessas infraestruturas e das vantagens locais de uma dada região são criadas as bases para o capital se expandir. Isso terá como uma das suas consequências imediatas a remoção das formas de organização de produção preexistentes e/ou a sua adaptação à nova lógica de produção que passa a vigorar num dado território (LOPES, 2014 p.38).

Ainda neste contexto, Santos (2016) reafirmar que,

[...] o Estado claramente assumiu o papel de elemento indutor da modernização agrícola brasileira, através da montagem e do uso de um amplo sistema de incentivos financeiros fiscais. A intensidade desse processo traduz o resultado dos benefícios da política estatal aos agentes hegemônicos, uma vez que os incentivos favoreceram a concentração acelerada da propriedade fundiária, permitindo ganhos fabulosos às multinacionais e aos grandes grupos nacionais (SANTOS, 2016 p. 160-161).

Como ressaltou Santos (2016), a realização de incentivos ao setor agropecuário configurando novas práticas de uso do território acarretando as metamorfoses atuais representadas por suas formas, conteúdos e estruturas e que tem beneficiado porções

específicas do território, seja em escala nacional, regional ou local, resultando nas diferenciações espaciais e se apresentando de forma desigual e contraditória.

As políticas públicas⁵ voltadas exclusivamente para o desenvolvimento do setor agropecuário passou a impor no meio rural as transformações na base técnica por meio da aquisição de novas tecnologias e práticas agrícolas, gerando a subordinação do setor agrícola ao setor industrial. Vale destacar que as políticas agrícolas não beneficia o setor de forma homogênea o que revela a desigualdade do modelo capitalista, Hespanhol (2010, p.129) reforça que

A intensa concentração fundiária, a desigual forma de distribuição da terra e as limitações em termos de acesso de parcela expressiva dos produtores rurais às condições em termos de produção (crédito rural, assistência técnica, comercialização etc.) são apenas alguns dos problemas que afligem os agricultores, particularmente aqueles de pequeno porte e descapitalizados, que dependem exclusivamente das atividades agropecuárias.

A autora refere-se ao pequeno produtor camponês que tem como base de sua reprodução econômica e social a terra. Todavia, entendemos que deve-se fazer um esclarecimento, guardando as devidas proporções, pois a discussão é bastante ampla entre o agricultor familiar camponês e o pequeno capitalista agrário.

Compreendemos que o primeiro passa a adquirir os novos instrumentos técnicos para viabilizar a produção familiar o que não significa que o mesmo tenha, de fato se transformado em um pequeno capitalista, desde que se mantenha inalterada a unidade produtiva com base no trabalho familiar resguardando, sobretudo, sua autonomia e a manutenção dos laços familiares com a terra, seguido de sua diversificada produção.

Já no segundo caso, o agricultor passa a produzir para o mercado objetivando o lucro e não preservando a relação familiar com as tradições camponesas, no qual o capital passa a exigir constantemente o aumento da produção que via de regra é atingido por meio da adoção dos pacotes de desenvolvimento agrícola, isto é, defensivos agrícolas, maquinários agropecuários, novas práticas de manejo, etc. associados aos pacotes de créditos, oferecidos pelas instituições financeiras pública e privadas (LOPES, 2014).

⁵ A atuação das políticas públicas para o desenvolvimento do setor agropecuário, sobretudo, a pecuária na área de estudo será melhor discutida no capítulo seguinte. Vale destacar que entendemos Política Pública como “[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado [...]” (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Destacamos, segundo Lopes (2014), que o principal objetivo do capital agrário é transformar o agricultor familiar camponês em um pequeno capitalista rural, pois, ambos detém o motor do desenvolvimento do modelo de produção atual – a força de trabalho, no qual o pequeno capitalista rural passa a intensificar a lógica de propagação do modelo vigente, uma vez que, “[...] parte significativa dos produtores rurais de pequeno porte (proprietários, parceiros, arrendatários etc.) não conseguiu ter acesso ao crédito rural e ficou à margem do processo de modernização da agricultura [...]” (HESPANHOL, 2010 p.129)

Como aliado, o capital possui o Estado via políticas agrícolas, enfatizado por Hespanhol (2010 p.129) que,

Um dos pressupostos principais dessa forma de intervenção do Estado via políticas públicas era alterar a base técnica da agricultura brasileira, por meio da criação de um mercado consumidor de produtos industrializados (insumos, máquinas e implementos agrícolas), favorecendo o setor industrial (nacional e internacional) e, em última análise, ampliando a inserção do país na divisão internacional do trabalho.

E é neste sentido que as políticas agrícolas são pensadas com o discurso do desenvolvimento local/regional. É certo que ocorre melhorias sociais e econômicas no território atingido por este tipo de política, entretanto, devemos questionar que atores sociais se beneficiam destas ações, pois, o modelo de desenvolvimento do campo é contraditório, combinado e desigual.

Com isso, percebe-se o incentivo estatal às novas estruturas no campo, isto é, as cooperativas agropecuárias⁶ que passaram a desempenhar novas funções em virtude do processo de reestruturação do espaço rural. Portanto, o atual modelo de desenvolvimento econômico passa a transformar as cooperativas agrícolas em empresas cooperativas, ou seja, com o espaço agrário cada vez mais racionalizado demanda constantemente do aumento da produtividade e maximização dos lucros, se configurando como a única missão a ser alcançada (GONÇALVES, 2012).

Anteriormente, as cooperativas agrícolas no país, segundo Belisário et al. (2015) se pautava nos modelos europeus de consumo, produção e crédito desde o final do século XIX. Possuindo como objetivo a configuração de um

⁶ A atuação das cooperativas agropecuárias como um dos veículos de dispersão do modelo de reprodução atual será melhor apresentada no último capítulo.

“[...] movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo a participação demográfica, a solidariedade, a independência e a autonomia como referências fundamentais, visando as necessidades do grupo – e não ao lucro –, e buscando prosperidade conjunta – e não individual–, independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade (BELISÁRIO; NINAUT, NETO; MARTINS, 2015 p.71).

Todavia, como destacado anteriormente por Gonçalves (2012) a lógica de reprodução se baseia no modelo atual de desenvolvimento do campo, ou seja, as cooperativas empresas, atualmente, se apresentam verticalizadas, isto é, as mesmas executam diversas atividades, participando efetivamente de toda a cadeia agroindustrial, que podem ser representada deste a atuação no processo de produção, passando pelo beneficiamento, armazenamento chegando até a comercialização do produto final. Além destes aspectos, as cooperativas se apresentam como instrumento de difusão tanto de tecnologia, assistência técnica quanto de crédito rural (BELISÁRIO et. al, 2015).

Esta atual organização do território rural corrobora para uma nova relação campo-cidade. Elias (2012) explica que

Diante das demandas da produção agropecuária globalizada, as RPAs⁷ compõem-se tanto por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quanto por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também cidades de porte médio). Esses formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassados pelos circuitos espaciais locais e regionais dessas. [...] Inseridos mais recentemente à agropecuária globalizada [...] (ELIAS, 2012 p. 4).

Como consequência, as novas áreas de produção passam a fragmentar sucessivamente o espaço com regulares processos de reestruturações, sendo esta urbana. Sendo assim, concordamos com Elias (2012) ao afirmar que “[...] a reestruturação produtiva da agropecuária tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos, ainda em processo acelerado de reorganização, compondo novos arranjos territoriais fortemente alicerçados no agronegócio [...]” (ELIAS, 2012 p.4).

⁷ Segundo Elias (2012) as Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) são caracterizadas por apresentarem territórios produtivos do agronegócio globalizado. Sendo compostas tanto por áreas agrícolas quanto por espaço urbanos, previamente escolhidos, com o objetivo de receber investimentos privados, configurando desta forma os focos dinâmicos da economia agrária, isto é, as cidades pensadas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, difundidas sobretudo, pelos circuitos superiores do agronegócio globalizado.

Isto significa que a produção agrícola e agroindustrial exige que os espaços urbanos localizados próximos ao espaço agrícola se adequem aos padrões da nova agricultura e atendam às necessidades básicas do setor, a exemplo de mão-de-obra, suportes técnico, financeiros, jurídicos, etc. Além disto, o espaço urbano passa a configurar uma nova função materializada por meio do “[...] comércio de implementos agrícolas [...]; os escritórios de marketing e de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; [...] os serviços de especialista em engenharia genética, veterinária [...]” (ELIAS, 2012, p.7) entre outros voltados a funcionalização do setor agropecuário.

Portanto, passamos a ter uma economia urbana com base nas atividades agropecuárias, isto é, os circuitos espaciais da produção do agronegócio passam a circular fortemente na cidade acarretando um espaço urbano cada vez mais especializado, o que expressa a reprodução feroz do capital financeiro agrário em todos os âmbitos da sociedade, não mais fazendo a distinção do rural e do urbano. Logo, as cidades funcionais do campo se apresentam como nós indispensável na reprodução do capital no espaço rural.

Destarte, Elias (2012) ressalta que,

Quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais complexa a formação das redes agroindustriais e quanto mais globalizados seus circuitos espaciais de produção e seus círculos de cooperação, mais complexas se tornam as relações campo-cidade. Consequentemente, cria-se uma gama de novas relações sobre o território. Essas relações ajudam a transformar radicalmente as clássicas relações campo-cidade e levam esses dois espaços a emitir e a receber larga quantidade de fluxos de matéria e informação, de várias naturezas e magnitudes [...] (ELIAS, 2012 p.8).

Assim sendo, o processo de reestruturação produtiva do capital provocou impactos profundos em todas as esferas economias, sociais e culturais do território, mesmo se apresentando de forma heterogênea. Destacamos que este processo ainda se encontra bastante ativo no país, potencializado principalmente pela técnica ciência e informação, que vem gerando agressivamente transformações no urbano e no rural pelas novas funções designadas ao território.

Por fim, ressaltamos que os conceitos aqui expostos serão dialogados com a atual realidade da área de estudo nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS E AS MUDANÇAS NA BASE TÉCNICA PRODUTIVA DA PECUÁRIA

Neste capítulo, procuraremos destacar os principais projetos/ações e políticas públicas direcionadas para o campo nordestino, especialmente na área de estudo, que tem fomentado gradativamente a mudança na base técnica produtiva da agropecuária, principalmente na pecuária leiteira. Nesta continuidade, buscaremos tecer algumas reflexões acerca da atual reorganização do espaço rural e sua dinâmica na área de estudo.

2.1 O desenvolvimento econômico do campo a partir dos incentivos governamentais

Considerado como “atrasado” e produzindo de forma considerada inadequada, do ponto de vista tecnológico, havia a necessidade de introduzir no campo brasileiro, de acordo com a visão do Estado e de capitalistas do campo, métodos considerados “[...] modernos nas relações de produção que promoveriam o aumento da produtividade da terra e do trabalho e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Esse anseio pelo desenvolvimento caracterizava a política brasileira e a política latino-americana” (MATOS; PESSÔA, 2011 p. 294).

Em busca do desenvolvimento econômico, o Estado assume o papel principal de modernizador do território, seja este rural ou urbano. Segundo Matos e Pessôa (2011), a condição de subdesenvolvido não mais deveria ser colocada como obstáculo, pois entendia-se que poderia e precisava ser alterada. Todavia, o plano de desenvolvimento do Estado se apresentou como “[...] uma estratégia de reprodução do capital, consolida-se como uma afinada estratégia de controle social [...]” (MATOS; PESSÔA, 2011 p. 294) e funcionaliza o território para atender as necessidades centrais do capital.

Segundo afirma Santos (1988, p. 132), alguns trabalhos “mostram como as políticas utilizadas para a agricultura brasileira, desde a época de sua ocupação, foram responsáveis pelas distorções introduzidas na sua estrutura agrária”, o campo se modernizou, porém se consolidou de forma contraditória, combinada e desigual, preservando acima de tudo sua estrutura fundiária. Sendo assim, concordamos com Palmeiras (1989, p.87) ao apresentar a modernização da seguinte forma:

[...] a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora.

Entre as políticas que permitiram a atual estrutura agrária, Almeida (2001) destaca o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), o Estatuto da Terra (1964), e a legislação previdenciária (1980), representando apoio jurídico ao mundo rural. Essas políticas permitiram uma nova organização dos grupos rurais e aliado com as políticas estatais de crédito subsidiaram a aquisição de defensivos, máquinas e tecnologias originárias dos países centrais.

As políticas de crédito não apenas permitiram a aquisição dos alicerces para a modernização do campo, mas, também, facilitações para subsídio da produção dos grandes proprietários de terras, como as isenções fiscais que também fazem parte do conjunto das políticas estatais agrícola. Estas isenções estavam destinadas majoritariamente a áreas específicas das regiões Nordeste e Norte, com o discurso inicial de geração de empregos agrícolas e projetos destinados ao campo, todavia, nenhum desses objetivos foram alcançados.

2.1.2 As políticas públicas agrícolas destinadas ao Nordeste

É sabido que o processo de modernização da agropecuária no espaço agrário brasileiro se estabeleceu de forma diferenciada entre as regiões do país. Inicialmente nas regiões Sul e Sudeste, este processo foi mais intenso, uma vez que a região historicamente é mais dotada de ciência, técnica e informação. Isto se constituiu essencialmente por via do Estado, enquanto viabilizador do processo a fim de consolidar a modernização da agropecuária se baseando em dois fatores:

[...] “quem produzir”, foi solucionado no decorrer das décadas de 1970/80 por meio das colonizações (priorizando sulistas e paulistas que tinham experiências no campo); e o segundo, “como pagar”, ou seja, a origem dos recursos necessários a viabilização da compra das terras, de produtos e tecnologias, de investimentos, de armazenagem, de processamento, de escoamento, entre outros, foram todos subsidiados pelo Governo Federal até o final dos anos 1980 (OLIVEIRA; SILVA, 2012 p.168).

Não distinto dessa realidade, na região Nordeste, por exemplo, os incentivos a dispersão do modelo de produção capitalista no campo ocorreram, gradativamente, por meio das políticas públicas de combate a seca nas áreas semiáridas. Principalmente sob as ações e instituições criadas para este fim, a exemplo dos projetos elaborados pela Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS (1909) com obras hídricas, como a construção de açudes e ferrovias, barragens, dentre outras; seguidas pela Inspetoria

Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS (1919); o Departamento Nacional de Combate as Secas – DNOCS (1945), com os projetos de engenharia, principalmente, com a construção de hidrelétricas; o Banco do Nordeste do Brasil – BNB (1952), com as linhas de crédito rural, e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a exemplo do Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE).

Os incentivos governamentais foram estendidos para diversos setores, dentre eles destacamos o setor agropecuário com a política do Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL (1975), que estimulou a formação dos complexos agroindustriais brasileiros (CAIs), por meio dos incentivos fiscais e creditícios que financiavam até 80% do valor dos investimentos destinados às destilarias que possuíam como matéria-prima a cana-de-açúcar.

O Programa financiou entre 80% e 100% do valor total do projeto com juros anuais de 10% para os pequenos produtores e 26% para os grandes produtores rurais. Todavia, isso significou que nas condições econômicas do país naquele momento, sob um processo inflacionário, equivaliam para as indústrias do setor sucro-alcooleiro juros negativos (MOREIA; TARGINO, 1997). Vale ressaltar que este investimento limitou-se aos grandes canavieiros das áreas litorâneas que passou a ser denominado de zona da cana.

Como resultado dos estímulos federais, o Programa promoveu uma série de problemas, tais como: elevação da dívida pública em consequência dos benefícios concedidos, aumento dos latifúndios monocultores de cana-de-açúcar, expulsão da população rural e novas relações de trabalho.

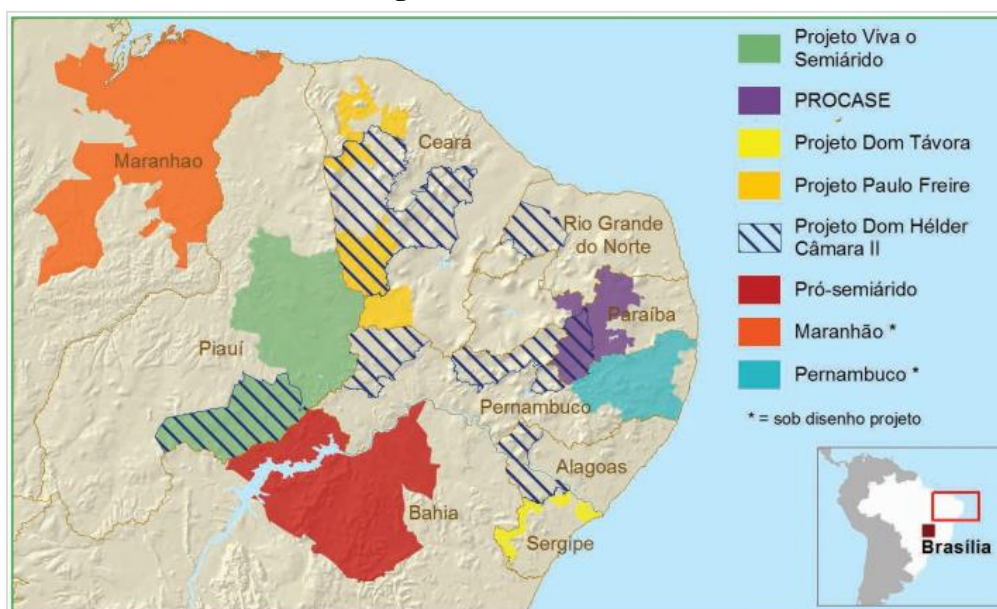
Nesse contexto, é possível considerar que a dispersão do capital no espaço agrário nordestino foi e é intensificado pelas políticas públicas que se comportam como as principais fomentadoras das mudanças atuais. Araújo (2000, p. 166) ressaltar que “o lento crescimento econômico, que durante muitas décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino (GTDN, 1967), foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolvem na região [...]”. Isto porque a região Nordeste esteve relacionada ao contexto de pobreza, esquecimento e fome. Todavia, estas atividades encontram-se relacionadas às novas formas de usos dos instrumentos técnicos no território, em virtude dos investimentos, essencialmente, em infraestruturas modernas assim como em ciência, técnica e informação, as quais estão reestruturando os espaços regionais.

Atualmente, a região Nordeste é vista como um espaço atrativo aos investimentos do capital nacional e internacional. Sendo assim, devemos considerar que cada porção

deste território possui suas particularidades e devem ser compreendidas pelo seu uso, no qual são compostas por uma dialética que se apresenta em diversas escalas resultado dos produtos históricos, das necessidades e interesses humanos, como já apontavam Santos e Silveira (2001).

Dentre os principais reorganizadores do espaço agrário nordestino destacamos o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que atua em conjunto com o Governo Federal e os governos estaduais desde a década de 1980, investindo, majoritariamente em atividades de desenvolvimento rural na região (figura 01).

Figura 01: Área de atuação dos financiamentos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Nordeste brasileiro



Fonte: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA/BRASIL). Acesso em abril/2018.

O FIDA tem como objetivo principal a inserção de inovações técnicas e boas práticas agrícolas por meio da produção e simplificação do acesso ao crédito rural, capacitação e assistência técnica, assim inserindo os produtores no mercado competitivo atual. Atualmente o FIDA financia seis projetos em todo o Nordeste, com investimento superior a US\$ 450 milhões, e, recentemente, encontra-se em fase de processo novos projetos destinados aos estados do Maranhão e de Pernambuco, com investimento adicional de US\$ 100 milhões. Outros financiadores de projetos para o Nordeste são o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, ambos com as linhas de crédito rural. Essas linhas de crédito têm possibilitado, por exemplo, a aquisição de maquinários específicos à produção e financiamento de projetos relacionados ao melhoramento genético dos rebanhos.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁸, em suas diversas linhas, conta com investimentos limítrofes de até 40 mil reais por ano agrícola⁹. Na linha de microcrédito rural os estados da região Nordeste (Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba e com atuação também em Minas Gerais), concentram cerca de 76% do número total dos contratos e do valor total de empréstimos. Apesar desse elevado percentual, somam apenas 20% do número total de beneficiados. Cabe ressaltar que apesar dos limites do financiamento, esta política permite a inserção dos agricultores nos mercados, como também apresentam um histórico na aquisição de pacotes tecnológicos (PIRES, 2013).

Outra política de incentivo à modernização tecnológica promovida pelo Banco do Nordeste, principal financiador dos projetos do PRONAF, é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural no Nordeste (RURAL)¹⁰, que se destina exclusivamente a produtores rurais (pessoa jurídica e empresários), associações e cooperativas agropecuárias (crédito diretamente ao cooperado), com saldo financiador de até 90 milhões de reais.

Isto revela que as atuações governamentais se apresentam de forma heterogênea, conservando o predomínio dos grandes estabelecimentos agropecuários, principalmente do agronegócio, que contribuem com apenas 6,9% das exportações do setor no Brasil, segundo dados do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), que é o órgão de pesquisas do Banco do Nordeste. Como consequência, os incentivos governamentais, por meio das linhas de crédito rurais, também vem contribuindo para o aumento das disparidades entre os pequenos e grandes produtores do Nordeste.

Todavia, devemos salientar que os incentivos governamentais vestidos de políticas públicas agrícolas, também chegaram ao pequeno produtor, que passa a ser inserido no processo gradativamente e na mesma proporção que perde sua autonomia obtém linhas de créditos para os investimentos em instrumentos técnicos com a finalidade

⁸ O PRONAF foi instituído no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso por meio do Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996 e foi gerido pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento até 1999. Nos anos 2000, passou a ser responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na Secretaria de Agricultura Familiar (PIRES, 2013)

⁹ O valor do financiamento varia conforme as linhas do PRONAF. O valor mínimo registrado é de 2.500 reais para a linha PRONAF/B, destinado ao custeio da produção pecuária e não agropecuária e o valor máximo de 40 mil reais é destinado ao grupo PRONAF Produtivo Orientado, com a finalidade de investimento em tecnologia, capacitação e armazenamento.

¹⁰ Este projeto destina-se exclusivamente ao fortalecimento, ampliação do estabelecimento, modernização da infraestrutura produtiva e melhoramento genético dos rebanhos e culturas agrícolas selecionadas.

de reorganizar a produção, na tentativa de se inserir no modelo atual e, consequentemente, redefinir o território, seja este local ou regional.

2.1.2.1 As políticas públicas agrícolas na Paraíba

O processo de formação e evolução do espaço agrário paraibano se configura em uma realidade heterogênea e inacabada, resultado das ações diversificadas do homem sobre a natureza. Desta maneira, concordamos com Moreira e Targino (1997, p. 26) ao afirmar que “[...] o espaço agrário, enquanto fruto do mesmo, está sempre se reorganizando para reproduzir as novas formas de produção e as novas relações sociais que se estabelecem a cada momento histórico [...]”.

Com o processo de modernização da agropecuária em meados da década de 1970, o espaço agrário paraibano passou a sofrer mudanças na sua organização por meio da substituição de algumas práticas agrícolas consideradas tradicionais por monoculturas, principalmente da cana-de-açúcar, que contraditoriamente foi vista por um certo período como cultura tradicional das áreas de várzea.

Não apenas a monocultura da cana-de-açúcar se comportou como modificador do espaço agrário. Moreira e Targino (1997) destacam a interiorização da pecuária por meio das linhas de crédito fornecida pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste. Estes estímulos permitiram o crescimento acelerado da caprinocultura (192,85%), da bovinocultura (156,41%) e da ovinocultura (154,11%) nos municípios paraibanos (IBGE, 1970; 2006).

Sendo assim, é possível considerar que o Estado fomentou as principais políticas destinadas ao campo nordestino, sobretudo para o fortalecimento da atividade pecuária, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), principalmente na modalidade leite (PAA/Leite¹¹), das linhas de crédito rural do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além destas políticas, ressaltamos a importância da prática do cooperativismo e do associativismo agropecuário, tendo em vista que ambas se comportam como principais veículos de aquisição de créditos governamentais e/ou

¹¹ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional, atendendo aos estados do Nordeste.

privados, pois viabilizam a circulação de capital destinada às atividades rurais por meio de repasse aos cooperados/associados em condições de preços favoráveis e viáveis para as práticas do campo.

As ações do PRONAF possibilitaram, por meio da oferta de crédito, tanto o custeio quanto os investimentos na produção e na manutenção dos estabelecimentos agropecuários. Segundo informações do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), as linhas de crédito do PRONAF subsidiaram 58% dos investimentos, ou seja, dos 24.844 estabelecimentos do Estado que obtiveram financiamento 14.415 (familiar e não familiar) foram por meio desta política, com financiamento total correspondente a 45.850 reais.

Todavia, quando analisado pela montante de contratos no Estado, observa-se um valor maior (tabela 01), isto se justifica pelo fato de, em tese, o agricultor/produtor ter a opção de obter mais de uma operação de crédito do PRONAF junto ao banco oficial.

Tabela 01: Quantidade e valor dos contratos do PRONAF, Paraíba (2018)

Atividade	Finalidade do Investimento					
	Qtd. Custeio	Vlr. Custeio	Qtd. Invest.	Vlr. Invest.	Quant./Total	Valor/Total
Agrícola	689	2.460.838,00	10.169	30.237.425,65	10.858	32.698.263,65
Pecuária	2.866	12.516.179,02	130.541	369.912.644,06	133.407	382.428.823,08

Fonte: Banco Central do Brasil/Matriz de dados do Crédito Rural (MDCR) 2018. Adaptado pela autora, 2018.

Os dados da tabela acima se referem à quantidade de contratos no período de jan./2013 a mar./2018, tendo como fonte dos recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), repassados para o PRONAF por meio da linha de microcrédito rural. Como se observa na tabela 01, tanto os contratos referentes a custeio da produção quanto aos investimentos (produção e estabelecimento) tem-se predominância na atividade pecuária, o que justifica o aumento considerável do rebanho (bovino, caprino e ovino) nas últimas décadas.

Todavia, estes financiamentos têm permitido o avanço tecnológico no campo de forma seletiva, acarretando uma nova reorganização da estrutura social, política e cultural do espaço agrário. Dentre outras coisas, isto significa que o PRONAF se comporta como um instrumento de política pública de desenvolvimento, inicialmente, com o discurso de diminuir as desigualdades na distribuição de créditos entre os agentes econômicos do campo. Contudo, o atual padrão de desenvolvimento rural, além de conservar a estrutura

fundiária, tem permitido com maior intensidade a reprodução da lógica de produção capitalista fomentada pelos incentivos governamentais.

Vale destacar que, segundo Tonneau *et al.* (2005), é na própria lógica de operacionalização do Programa que se encontram os critérios de exclusão direcionados aos agricultores/produtores mais pobres. Neste sentido, concordamos com Pires (2013) ao afirmar que esta estratégia de modernização da agropecuária, por meio desta política, alimenta o processo de capitalização dos pequenos e médios produtores, uma vez que “[...] a própria política pública de concessão de crédito para os agricultores familiares torna-se também uma fonte de assimetrias na difusão do progresso técnico entre eles, fortalecendo, deste modo, os desequilíbrios existentes entre os grupos do PRONAF” (PIRES, 2013 p.39).

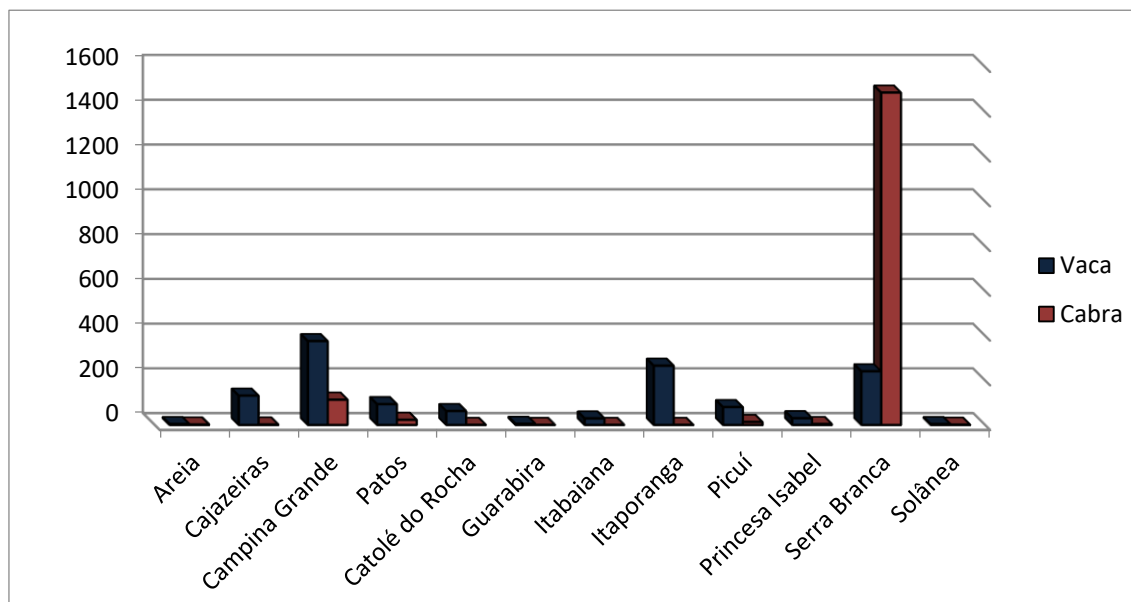
A execução desta política provocou também o endividamento dos financiados. No ano de 2009 foram constatados elevados índices de inadimplência em 140 municípios (JORNAL DA PARAÍBA, 2009). Esta inadimplência está relacionada a diversos fatores que tem comprometido não apenas a produção agropecuária atual, mas também a futura. Trazemos como exemplo os períodos de estiagem que se portam como uma das dificuldades de manejo agrícola, apesar da aquisição de maquinários e equipamentos que possibilitam maior produtividade e, em tese, gerariam maiores lucros. No entanto, o mesmo processo que permite a inclusão dos pequenos proprietários no contexto da modernização contraditoriamente alimenta o seu endividamento.

Sabendo da importância das políticas governamentais para a disseminação do modelo de produção capitalista no campo, trazemos o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade leite (PAA/Leite), comumente chamado de “Programa do Leite” como outra política de reorganização do espaço rural. Atualmente, o Programa do Leite encontra-se em execução por intermédio da união das Secretarias de Agricultura de Indústria e Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O Programa do Leite é subsidiado por recursos federais, compreendendo cerca de 80%, e por meio de investimentos estaduais, neste caso o estado da Paraíba com os 20% restantes.

Como resultado, a produção pecuária paraibana ganhou destaque nacional se colocando como o segundo maior produtor de leite de cabra do país, com 4.435.756 litros/ano, ficando atrás apenas do estado da Bahia que produziu 11.910.578 litros/ano. No que se refere à produção de leite de vaca, a Paraíba ocupa a 16ª posição (Censo Agropecuário, IBGE/2006). Segundo dados do Governo da Paraíba, encontram-se

cadastrados no programa 2.961 fornecedores (1.643 cabra e 1.318 vaca), os quais integram diversas regiões do estado (Gráfico 01).

Gráfico 01: Produtores de leite bovino e caprino cadastrados por regional (PAA/Leite) (2017)



Fonte: Governo do Estado da Paraíba, 2017. Adaptado pela autora, 2018.

Em aspectos gerais, os dados do gráfico 01 revelam a concentração de cadastrados fornecedores do leite caprino na regional de Serra Branca, formada por 21 municípios, destacando-se os municípios de Barra de Santana, Cabaceiras, Gurjão, Boqueirão, Alcantil, Santo André, Monteiro e Prata como os principais fornecedores ao Programa. Estes municípios formam a bacia leiteira do Cariri, o que sinaliza o potencial econômico e uma produção competitiva. O que viabiliza a concentração da produção, além do Programa do Leite, é a presença tanto das cooperativas de laticínios, especificamente nos municípios de Caturité, Cabaceiras e Monteiro, que objetivam a inserção destes agricultores/produtores no mercado agropecuário competitivo, quanto às associações dos produtores rurais.

Além da atuação das cooperativas agropecuárias de laticínios e das associações dos produtores rurais, a produção da pecuária passou a contar com o melhoramento genético e sanitário dos rebanhos em decorrência de investimentos realizados por produtores individuais, por meio das linhas de crédito, de modificações na ração animal, das orientações técnicas e da capacitação dos produtores. Os resultados alcançados, embora sejam considerados positivos, também podem ser apontados como geradores de

um crescimento econômico seletivo (BRUM, 2013), pois, apenas os que detêm maior capital para o investimento se sobressaem e/ou dominam a produção local/regional.

2.1.2.1.1 Os projetos de desenvolvimento da pecuária no município de Monteiro (PB)

Sendo o espaço agrário paraibano heterogêneo, destacamos dentro do território estadual as Regiões Geográficas Intermediárias de Campina Grande, Sumé e Monteiro, anteriormente conhecida como Cariri Paraibano. Por anos, esta porção do território esteve à margem do processo de disseminação do capital, seja na cidade ou no campo, sendo comumente relacionada a uma situação de extrema pobreza, fome e migrações.

Isto porque se considerava que as características naturais, como déficits hídricos acentuados, em conformidade com as irregularidades das chuvas, solos rasos e pedregosos eram responsáveis pelo atraso socioeconômico, o que levou muitos estudiosos a considerar o Cariri paraibano “como uma região ‘estagnada’ do Estado da Paraíba que apresenta diversos problemas socioeconômicos, como baixos índices de desenvolvimento humano” (OLIVEIRA, 2013 p.20).

Essa condição vem sendo gradativamente alterada em decorrência de incentivos governamentais e projetos direcionados para o desenvolvimento local/regional e de convivência com o semiárido, os quais estão, atualmente, expressos e materializados no território. Vale a ressalva que no recorte de estudo, historicamente, a atividade econômica está fundamentalmente baseada na agropecuária, predominando a produção de bovinos, caprinos e ovinos.

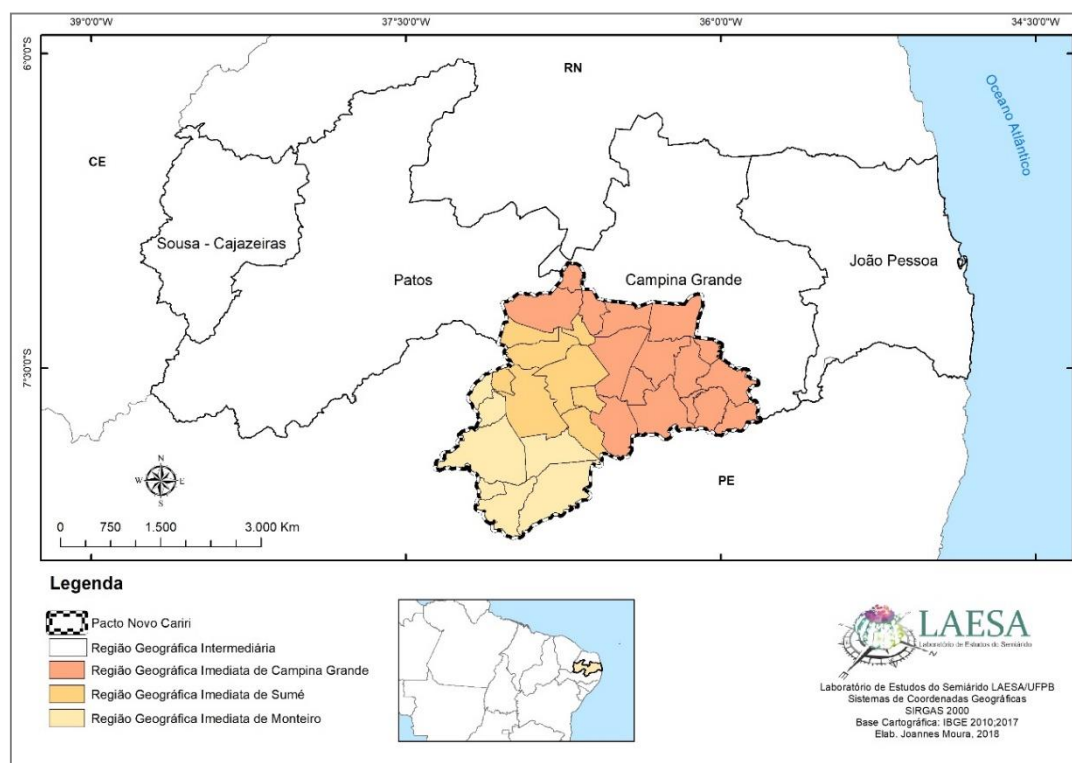
Sendo assim, os projetos direcionados a área de estudo se apoiam na condição das atividades pecuárias por ainda se apresentarem como os principais atores econômicos. Dentre os projetos, planos e ações desenvolvidos para a área pesquisada destacamos com maior atuação o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE); o Pacto Novo Cariri¹², coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com os agentes políticos locais, especialmente as

¹² Criado em 2000, e atuando em 30 municípios, o Pacto Novo Cariri foi idealizado com o propósito de possibilitar o desenvolvimento local/regional do Cariri paraibano, por meio da implementação de ações pautadas nos modelos neoliberais da gestão compartilhada-participativa, a partir da adequação e da modernização das atividades produtivas na região, de acordo com a lógica econômica do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), o que se configura uma nova forma de uso do território (OLIVEIRA, 2013).

prefeituras e em parceria com a SUDENE; e os projetos AGROCAPRI¹³ e a Qualificação do Arranjo Produtivo Local da Caprinocultura Leiteira no Semiárido Paraibano¹⁴.

Ressaltamos a atuação do Pacto Novo Cariri (Mapa 02), que é pautado nos modelos democrático-participativo e objetiva o fortalecimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura, compreendendo a carne, o leite e o couro, por meio do “[...] envolvimento do produtor, aperfeiçoamento da unidade de produção, aquisição e desenvolvimento de tecnologias [...]” (OLIVEIRA, 2013, p.115).

Mapa 02: Área de atuação do Pacto Novo Cariri



Elaborado pela autora, 2018.

A participação do Pacto Novo Cariri obteve maior êxito uma vez que suas ações estavam voltadas a caprinovinocultura leiteira e passaram a serem vistas por alguns gestores municipais como um dos projetos responsáveis pela nova e atual dinâmica territorial no Cariri, sobretudo nos municípios de Cabaceiras e Monteiro, haja vista que

¹³ O AGROCAPRI é um projeto desenvolvido pela Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA)/ Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com parceria da UFPB e UFCG.

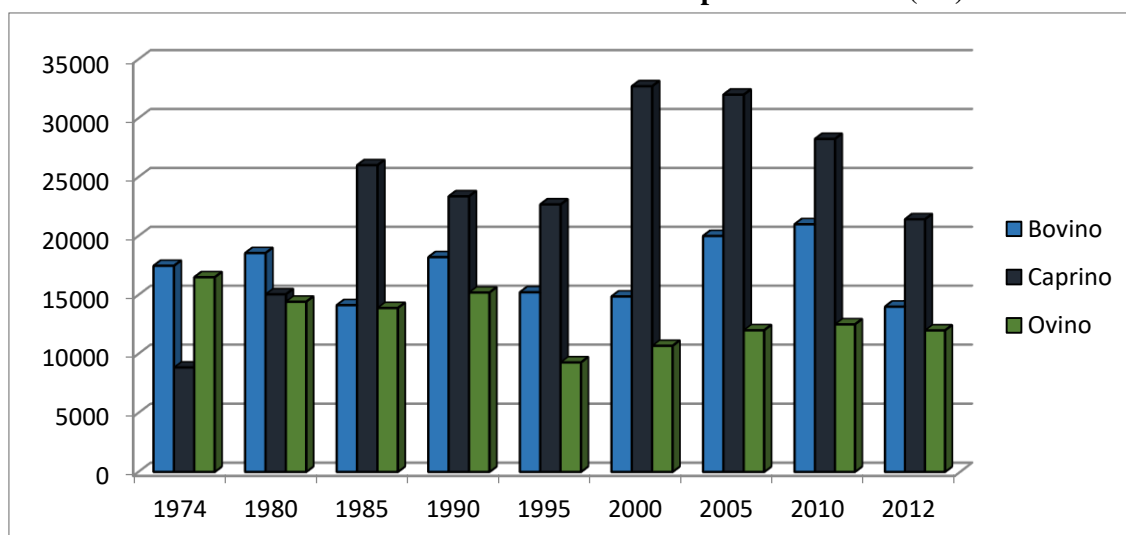
¹⁴ O projeto é desenvolvido pela Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) em parceria com a SUDENE e o governo do Estado da Paraíba. Seu objetivo é fortalecer a produção e o comércio local da carne caprina por meio da inserção de novas técnicas da base produtiva.

este projeto passou a contribuir para as modificações dos indicadores sociais e econômicos.

Com as dinâmicas territoriais promovidas por meio da execução das ações do Pacto a cultura da política participativa permitiu mesmo que gradativamente novas adesões e a desconfiança juntamente com a resistência até mesmo por parte dos produtores que inicialmente se apresentaram como desafios a implementação das atividades propostas pelo projeto foram superadas. Todavia, o Pacto passou a exercer influência na reestruturação econômica de atividades como “[...] a caprino-ovinocultura, o turismo, o artesanato, a micro e pequena empresa, e a [...] diversificada base agrícola. [...]” (COSTA; FERREIRA, 2010 p.40) e, atualmente, o Pacto Novo Cariri, encontra-se consolidado.

Na área de estudo, assim como na maioria dos municípios do Cariri paraibano, a caprinovinocultura vem se constituindo como uma das principais fontes de reprodução econômica e social (Gráfico 02). Isto se dá, sobretudo, porque esta atividade foi e é fortemente estimulada por incentivos governamentais, e também pelo Pacto Novo Cariri, permitindo maior acessibilidade e possibilidades de envolvimento dos produtores sem maiores restrições.

Gráfico 02: Efetivo de rebanhos no município de Monteiro (PB)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)/Série histórica/IBGE. Elaborado pela autora, 2018.

Os dados do gráfico acima mostram um crescimento gradativo da caprinocultura que vem sendo bastante difundida na área pesquisa. Nos primeiros dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário (IBGE/1974), quando eram incipientes ou inexistentes as políticas de incentivos à produção, observamos um efetivo menor de caprino quando

comparada a de bovinos e ovinos. A partir da década de 1990, e principalmente a partir de 2000, quando foram criados o Pacto e o Programa Fome Zero, verificamos um aumento considerável na quantidade de rebanhos, sobretudo de caprinos. Cabe registrar que os dados de 2010 e, principalmente, 2012 expressam uma redução no efetivo dos rebanhos, o que creditamos ser referente ao período de estiagem prolongada na região.

Em linhas gerais, e considerando os dados apresentados no gráfico, podemos inferir que o aumento significativo do rebanho caprino na primeira metade da década de 2000 e a melhoria nos índices de produtividade, mesmo com a diminuição do efetivo nos anos seguintes, decorrem tanto da aquisição dos instrumentos técnicos quanto da atividade se apresentar, segundo os criadores locais, economicamente mais viáveis, pois os animais são mais resistentes e bem mais adaptados às condições do ambiente semiárido. Segundo Araújo Filho e Carvalho (1997 *apud* Souza, 2011, p.374), “[...] em condições de pasto natural, sem nenhum manejo, 1 cabeça de gado bovino necessita de 10 a 12ha/ano para obter alimento, enquanto 1 cabeça de gado caprino necessita apenas de 1,5ha”.

Deve-se ser considerado nesse processo de crescimento da caprinovinocultura a inserção de novas raças de caprinos e ovinos e além da implementação de tecnologias, melhoria da qualidade do rebanho, aumento da produtividade das cabras, investimento em infraestrutura e a melhoria sanitária dos criadouros, como destacado por Oliveira (2013) ao reforçar que:

Para desenvolver e inserir produtos de qualidade no mercado, com histórico reconhecido e de procedência produtiva, práticas higiênico-sanitárias passaram a ser incentivadas entre os criadores/produtores. Entre essas ações, destacam-se as campanhas de vacinação preventiva e regular de saúde animal e a melhoria das instalações destinadas ao abrigo, à alimentação e ao manejo dos animais, como currais, apriscos e salas de ordenha (OLIVEIRA, 2013, p. 123; 124).

As ações destinadas ao fortalecimento da atividade caprina iniciaram-se em meados da década de 1990 e os estímulos à cadeia produtiva da caprinocultura aliado a prática do cooperativismo tem fomentado uma reorganização do território pesquisado, apresentando ainda que de forma incipiente as contradições do desenvolvimento do modelo atual do campo.

Os municípios de Cabaceiras e Monteiro, localizados na Região Geográfica Imediata de Campina Grande e Monteiro, respectivamente, foram os mais que

absorveram as ações do Pacto. Na área de estudo, o município de Monteiro se apresenta, segundo Oliveira (2013, p.22)

[...] com uma estrutura produtiva, administrativa e técnica voltada para o desenvolvimento da caprinovinocultura, através do beneficiamento e da comercialização do leite e seus derivados, por meio da formação de associações e cooperativas de produtores rurais, além do Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura (CENDOV), autarquia ligada à Prefeitura Municipal, que se constituiu em uma referência técnica das ações do Pacto, sobretudo para o aperfeiçoamento da cadeia produtiva da caprinovinocultura (OLIVEIRA, 2013).

Portanto, as práticas do Pacto cooperaram tanto para o fomento e melhoria das atividades produtivas locais quanto à formação de uma estrutura “[...] produtiva, administrativa e técnica voltada para o desenvolvimento da caprinovinocultura, através do beneficiamento e da comercialização do leite e seus derivados, por meio da formação de associações e cooperativas de produtores rurais [...]” (OLIVEIRA, 2013 p. 24).

A partir das palavras do autor é possível afirmar que as transformações socioterritoriais que estão ocorrendo no município de Monteiro estão associadas à atividade pecuária, e para atender as exigências do mercado.

Segundo os dados da Matriz de Dados do Crédito Rural – MDCR, Monteiro é o segundo município do Estado que mais adquiriu contratos do PRONAF para investimento na produção pecuária, ficando apenas atrás do município de Sousa. A tabela 02 expressa a quantidade e o valor dos contratos do PRONAF realizados em Monteiro.

Tabela 02: Quantidade e valor dos contratos do PRONAF, Monteiro (PB)

Atividade	Finalidade do Investimento					
	Qtd. Custeio	Vlr. Custeio	Qtd. Invest.	Vlr. Invest.	Quant./Total	Valor/Total
Agrícola	0	0,00	894	2.253434,59	894	2.253434,59
Pecuária	84	459.785,57	6.274	16.796855,36	6.358	17.256640,93

Fonte: Banco Central do Brasil/Matriz de dados do Crédito Rural (MDCR). Adaptado pela autora, 2018.

Os dados da tabela referem-se ao período de jan./2013 a mar./2018¹⁵ e auxiliam na compreensão dos motivos que possibilitaram o crescimento e o fortalecimento da

¹⁵ Os dados referentes aos financiamentos por meio do PRONAF com sua linha de microcrédito rural, repassados pelo FNE apenas se encontram disponível no período de jan./2013 a mar./2018. Todavia, não apenas o FNE subsidia os financiamentos para o Estado, porém, optamos por apenas utilizar o FNE por, em tese, está diretamente relacionado aos investimentos destinados ao Nordeste.

caprinocultura. Em outras palavras, as mudanças concedidas pela política de crédito, a partir da lógica de ampliação de mercados, têm provocado rupturas com as concepções e práticas tradicionais, ou seja, os instrumentos técnicos (ordenhas mecânicas, tanques de resfriamento, etc.) tornaram-se imprescindíveis à produção.

Deste modo, podemos inferir que a utilização de técnicas modernas na produção local tem permitindo alterações nas formas espaciais e na dinâmica territorial do município, uma vez que as ações das políticas governamentais voltadas para os estímulos ao crescimento econômico e a modernização dos processos produtivos (ver quadro 03 no apêndice) estão contribuindo para uma nova função do território.

Os envolvidos com este processo, ou seja, produtores locais, o poder público e organizações não governamentais têm buscado cada vez mais inovações para a produção pecuária, como novos modelos para o fortalecimento da carne e leite. Além dos Programas e ações mencionados anteriormente, cabe destacar a atuação de alguns projetos, a exemplo do AGROCAPRI, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Governo do Estado e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Que consiste, segundo seus idealizadores, no maior investimento feito no Brasil para as áreas de pesquisa de caprinos e ovinos, com recursos de aproximadamente 2,5 milhões de reais, e tem como objetivo a consolidação do agronegócio da ovinocaprinocultura no Semiárido. O projeto atua em nove municípios do semiárido paraibano e se encontra dividido em seis subprojetos (Quadro 01). Atualmente, o AGROCAPRI encontra-se em fase de finalização.

Quadro 01: Subprojetos do AGROCAPRI e suas finalidades

SUBPROJETO DO AGROCAPRI	FINALIDADE
SISCAPRI	Definir e avaliar modelos alternativos de sistemas de produção de carne caprina no semiárido;
SISOVI	Definir e avaliar modelos alternativos de sistemas de produção de carne ovina no semiárido;
SISLEITE	Desenvolvimento de sistemas eficientes de produção de leite caprino no semiárido;
BLOCAPRI	Desenvolver e validar a utilização de blocos multinutricionais como estratégias alimentar e sanitária;
SISFOR	Base alimentar da caprinovinocultura regional visando à superação da estacionalidade de forragens
SISORG	Desenvolver ações de pesquisas para produção orgânica de cordeiros em sistema semi-intensivo;

SISTER	Avaliação de sistemas sustentáveis de recria e terminação de cordeiros e cabritos
--------	---

Fonte: Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos MAPA – BRASILIA. Adaptado pela autora, 2018.

Dentro do AGROCAPRI destacamos os subprojetos do SISLEITE e o BLOCAPRI, pois ambos se apresentam com maior atuação e absorção dos produtores e por influenciarem de forma direta o manejo do rebanho. Enquanto o primeiro orienta uma maior produtividade leiteira, o segundo permite que esta produtividade seja constante durante o ano.

O SISLEITE consiste no desenvolvimento de sistemas eficientes de produção de leite caprino e sua distribuição é realizada por meio das unidades de beneficiamento do leite caprino e seus derivados. Vale salientar que as modificações na base técnica produtiva consistem na redução dos custos de produção. Para isso, é necessário um investimento inicial, principalmente no melhoramento genético, isto é, o subprojeto “oferece” uma avaliação do melhor genótipo para a maior produtividade e uma base alimentar nutricional baseada nas forragens nativas da Caatinga. Segundo o Coordenador do SISLEITE:

O que faltava, então, para os sistemas de produção de leite no semiárido, era congrega esses conhecimentos e implantar um sistema de produção adequadamente tecnificado, para promover uma maior eficiência de produção, seja pelo aspecto quantitativo, pela estabilidade de produção, pela qualidade do produto para a indústria e pela competitividade frente aos custos. Esta é, em suma, a base da proposta do subprojeto SISLEITE. Coordenador do SISLEITE, junho/2016.

As ações voltadas para fortalecimento da atividade pecuária foi pauta na reunião da Câmara Setorial da cadeia produtiva de Caprinos e Ovinos, realizada em Brasília, em junho de 2016. Na ocasião, o coordenador da Unidade de Atendimento Coletivo do Agronegócio do Sebrae Nacional, enfatizou que “a caprinovinocultura tem um grande potencial de crescimento no Nordeste, pois é uma região de pecuária de pequenos ruminantes. Precisamos incentivar esse setor e levar o desenvolvimento ao pequeno produtor [...]” (Governo do Estado, 2014).

Sabendo-se que com os períodos longos de estiagem, inicialmente, tinha-se a redução dos índices produtivos e reprodutivos do rebanho e conseqüentemente a queda na oferta dos seus produtos (leite, carne e pele), foram objetivadas alternativas para garantir e consolidar o agronegócio da caprinovinocultura, assim destacamos o BLOCAPRI, que

também recebeu financiamento do Finep (1,4 bilhões destinados ao Nordeste) para subsidiar os blocos multinutricionais.

O BLOCAPRI visa à suplementação alimentar dos rebanhos nos períodos de estiagem a fim de garantir a produção leiteira durante todo ano. Segundo o coordenador do BLOCAPRI, os Blocos Multinutricionais contém o essencial, sendo composto basicamente por melaço, ureia pecuária, sal comum e mineral, proteína e cal hidratada, além de utilizar forragens típicas da Caatinga.

Vale ressaltar que os Blocos Multinutricionais foram desenvolvidos na Estação Experimental de Pendência, localizada no município de Soledade (PB). Além do desenvolvimento dos Blocos são realizadas pesquisas direcionadas a cadeia produtiva da caprinocultura regional, a exemplo de tecnologias relacionados a áreas de suporte forrageiro para caprinos e ovinos; transferência de informações sobre os Sistemas de Produção de Leite e Carne de caprinos para o Semiárido Nordestino; e trabalhos de qualidade do leite caprino e de enfermidades (Governo do Estado, 2012).

Além do AGROCAPRI, outro projeto também coordenado pela Emepa desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Paraíba com o apoio da SUDENE refere-se a Qualificação do Arranjo Produtivo Local da Caprinocultura Leiteira no Semiárido Paraibano que tem por objetivo inserir na base produtiva tecnologias atuais, principalmente na de produção de leite caprino. O projeto divide-se em dois pontos importantes: 1) o fortalecimento da base produtiva alimentar que compreende o banco de Germoplasma de Palma¹⁶ e o 2) melhoramento genético dos rebanhos de caprino.

Ambos atuam na área de pesquisa, especialmente o que se relaciona ao melhoramento genético. Entre suas principais ações destacamos a distribuição de 48 reprodutores caprinos leiteiros das raças Pardo Alpina, Anglo Nubiana, Saanen e British Alpine. Vale destacar que as raças Saanen (fotografia 01) e British Alpine são descendentes dos embriões importados pelo Governo do Estado da África do Sul e são acompanhados pelo centro de pesquisa e melhoramento da Estação Experimental de Pendência, em Soledade. Os municípios de Monteiro, Picuí, Cabaceiras, Serra Branca,

16 Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), os Germoplasma são Unidades Conservadoras de material genético. Atualmente, o Estado contém um Banco de Germoplasma de Palma com 42 variedades, incluindo as Forrageira Frutíferas Culinária e de Espinhos que permitem a produção de mudas de Palma Forrageira utilizando Fragmentos de Cladódios – modificações caulinar (caule) típica de plantas xerófilas. EMBRAPA, disponível em: <https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/pesquisa-e-desenvolvimento/intercambio-de-germoplasma>

Sumé, Gurjão, Taperoá, Nova Floresta e Zabelê receberam recentemente as raças selecionadas para incluir no seu rebanho (Governo do Estado, 2014).

Fotografia 01: Raça caprina leiteira Saanen em estabelecimento rural, Sítio Aroeiras, Monteiro (PB)



Fonte: Trabalho de campo, abril/2018. Acervo de Diego Dantas.

Outro projeto importante direcionado ao fortalecimento da ovinocaprinocultura é o PROCASE, que se encontra atuando na maior parte do semiárido paraibano e atende os municípios que fazem parte da Região Imediata de Campina Grande (IBGE, 2017), totalizando 56 municípios distribuídos em 05 territórios rurais que fazem parte das regiões anteriormente conhecidas como Cariri Oriental e Ocidental, Curimataú, Seridó e Médio Sertão.

O PROCASE possui atualmente 90 projetos em atividade, e que estão vinculados ao processo produtivo firmado através das associações e/ou cooperativas. O Programa conta com financiamento direto do FIDA, com aproximadamente 13 milhões de reais destinados às atividades de ovinocaprinocultura, artesanato, horticultura, apicultura e mineração, em parceria com o Governo da Paraíba.

Na área da pesquisa, o Projeto fornece orientação técnica veterinária aos produtores de carne e leite, além de disponibilizar matrizes e reprodutores. Destacamos, também, os pulverizadores, bomba, roçadeira, carreta, forrageira, motor e caixa d'água distribuídos à 23 famílias da Associação dos Assentados do Dez (PROCASE, 2018).

Em linhas gerais, ressaltamos que a alteração da base técnica produtiva intensificada pelas políticas públicas agrícolas geraram alguns resultados positivos, como

aumento da produtividade, inserção das atividades tradicionais da área de estudo no setor competitivo de mercado e aumento da renda derivada dos produtos comercializados.

Entretanto, observamos que estas políticas públicas desenvolvimentista possuem interesses específicos, ou seja, reforça a afirmação de

[...] que o Estado brasileiro reproduz uma forma unilateral de lidar com as questões do mundo rural. De algum modo, isso está ligado à importância que tal âmbito da sociedade tem para a estruturação do próprio Estado, este sempre sensível aos interesses das oligarquias rurais [...] (ALMEIDA, 2011 p. 24).

Como consequência, o crescimento, ora exposto refere-se a um modo restrito, uma vez que se dedica essencialmente às mudanças técnicas e ao progresso produtivo. Sendo assim, concordamos com Almeida (1997) ao definir, especificamente, o papel do Estado:

Os planos de desenvolvimento oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. Trata-se da ampliação de clientela do desenvolvimento, aportando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, os “retardatários da modernização”. Nesta visão, o desenvolvimento é um processo considerado único, que leva do atrasado ao moderno, tendo portanto uma concepção linear. Este novo “modelo” moderno, “desenvolvimentista”, encampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável (ALMEIDA, 1997, 40-41).

Nessa perspectiva, reafirmamos que a nova clientela do desenvolvimento do campo acirra as relações sociais, já que este processo passa a ser cada vez mais seletivo e excludente, configurando uma “nova modernização desigual”. As desigualdades regionais, e também intrarregionais, são aprofundadas na medida em que ocorre a seleção dos espaços de maiores interesses do capital, que, em um curto espaço de tempo, gerará maiores lucros, o que justifica excluir – não excluindo –, temporariamente, os que não atendem as exigências do mercado.

Sendo assim, buscaremos no capítulo a seguir, discutir as contradições particulares do processo de reestruturação produtivo da pecuária juntamente com a prática do cooperativismo agropecuário que tem fomentado as atuais dinâmicas territoriais no município de Monteiro (PB).

CAPÍTULO III

AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO E A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

As discussões apresentadas neste capítulo visam analisar as novas dinâmicas territoriais na área de estudo, sobretudo com o desenvolvimento da Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM) e sua influência e participação no processo de reestruturação produtiva da pecuária, pois entendemos que a mesma se apresenta como uma das reorganizadoras dos espaços rurais do município, e ousamos em afirmar que é também dos espaços urbanos.

3.1 Breves considerações acerca do cooperativismo agropecuário

De início, devemos atentar para a diferença entre o que se constitui como cooperativismo e o que é entendido como cooperação. Segundo Rêgo (2009), no que se refere ao termo cooperação, a mesma é determinada como a união de pessoas em favor de uma mesma ideia, buscando a combinação “[...] da igualdade e da justiça social [...] (RÊGO, 2009 p.21)”, ou seja, é a convivência coletiva que se dá no âmbito social, incluindo a competição entre indivíduos que fortalece a cooperação (RÊGO, 2009).

O cooperativismo, por sua vez, é denominado pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI) como “uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida” (ACI, 1998). A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) reforça ainda que:

Mais que um negócio, uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo (OCB, 2018).

Todavia, inicialmente o cooperativismo foi pensado como uma proposta, como um “[...] ideal construído a partir da crítica à sociedade capitalista originada com a revolução industrial no final do século XVIII [...]” (RÊGO, 2009 p.52), haja vista que a situação de miséria da classe operária e a exploração trabalhista devido às longas jornadas de trabalho e os baixos salários passaram a ser predominantes na sociedade.

O cooperativismo moderno foi marcado pelo pioneirismo de Rochdale (1844), na Inglaterra, tendo como objetivo o enfretamento da crise industrial, se tornando um exemplo para as cooperativas subsequentes no mundo. Através dos princípios

cooperativistas¹⁷, baseada em um código de procedimentos morais, que visa, dentre outras coisas, harmonizar os valores de uma economia de mercado e a construção de uma sociedade mais justa e solidária (Alves, 2003).

Contudo, a definição utópica de cooperativismo apresentada pela OCB mascara em parte a realidade das atuais cooperativas no Brasil. Atualmente, a prática do cooperativismo, em sua maioria, não se adequa aos princípios cooperativistas, uma vez que as cooperativas, enquanto prática do cooperativismo, passaram a possuir, em sua gênese, a dualidade, se constituindo como entidades organizadas pela sociedade, adotando a lógica associativista e, concomitantemente, executando tarefas produtivas tipicamente empresariais. Quando executadas práticas associativista, obrigatoriamente representam um coletivo social de interesses e/ou atividades comuns, todavia, majoritariamente as atividades se materializam e organizam a produção no território, ou melhor, a essência encontra-se na motivação econômica que passa a direcionar a organização das cooperativas (FARJADO, 2016).

Também acreditamos ser importante explicar, mesmo que de forma resumida, a diferença entre associativismo e cooperativismo agropecuário. De início alertamos que a principal diferença está na natureza de ambas, ou seja, enquanto as associações se apresentam como organizações que possuem como objetivo a assistência social, cultural, defesa de classes, papel educacional, dentre outras finalidades; as cooperativas são instituições jurídicas, empresas de administração coletiva e tem como fim a prestação de serviços e geração de renda aos seus cooperados. Entretanto, não significa que as cooperativas não possam exercer uma função similar às das associações, tendo em vista que desempenham uma ação importante na esfera social e econômico. (MINATEL; BONGANHA, 2015).

No Brasil, o cooperativismo agropecuário surgiu em meio a uma debilitada estrutura fundiária e como uma alternativa socioeconômica a fim de evitar conflitos com as classes produtoras dominantes (FARJADO, 2007). Neste sentido, as cooperativas passaram a desempenhar função fundamental à estabilidade econômica e social de seus cooperados/associados. Isto porque, unir um grupo de indivíduos com características e objetivos similares se apresentava como uma das melhores formas de alcançar os

¹⁷ Os princípios cooperativistas são divididos em sete, que são: (1) adesão voluntária e livre, (2) gestão democrática, (3) participação econômica dos membros, (4) autonomia e independência, (5) educação e formação, (6) intercooperação e (7) interesse pela comunidade.

resultados. Portanto, a constituição de uma cooperativa, principalmente na área rural, se coloca como a melhor alternativa, em muitos casos, como a única.

O Estado passou a regularizar a atuação das cooperativas por via da Lei nº 5.764, da Política Nacional de Cooperativismo e pelo Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas. O que permite entre outros benefícios ofertados pela legislação, diferente das outras tipologias de empresas, é que as cooperativas possuem maior facilitação às suas demandas de crédito e/ou financiamento, além de obter isenções de alguns impostos na sua fundação, o que permitiu dentre outras coisas a formação de cooperativas com os mais diversos tipos de serviços (Quadro 02).

Quadro 02: Número de Cooperativas, Cooperados e empregados, por segmento.

Segmento	Nº de Cooperativas	Nº de Cooperados	Nº de Empregados
Agropecuária	1.555	1.016.606	188.777
Consumo	147	2.990.020	14.056
Crédito	976	7.476.308	50.268
Educacional	279	50.847	3.966
Especial	8	315	9
Infraestrutura	125	955.387	6.154
Habitacional	293	114.567	886
Produção	257	12.494	3.458
Mineração	79	57.204	187
Trabalho	895	193.773	1.580
Saúde	813	225.191	96.230
Turismo	23	1.823	15
Transporte	1.205	136.425	11.209

Fonte: OCB/Banco de Dados. Adaptado pela autora, abril/2018. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/ramos>

Ao observar os dados do quadro anterior, percebemos a concentração de cooperativas no ramo agropecuário. Sabendo-se que as mesmas se encontram nos espaços rurais, nos permite deduzir que as cooperativas passam a moldar a paisagem rural por meio de uma lógica empresarial instaurada no campo, isto porque “[...] possuem investimentos milionários visando expandir a capacidade produtiva e a competitividade no setor agroindustrial [...]” (FARJADO, 2007 p.181). Essas novas feições rurais tem agido densamente na dispersão de novas tecnologias, impostas pelo mercado competitivo, no qual o nexu industrial passou a dominar no campo.

O modelo cooperativista se baseia na própria educação cooperativista, contando com apoio de órgãos públicos reguladores que apoiam e incentivam a prática do

cooperativismo e do associativismo. Um dos principais reguladores são a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), operando em âmbito nacional, e as reguladoras estaduais, no caso paraibano o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Minatel e Bonganha (2015) evidenciam que anteriormente as cooperativas se constituíam como “[...] uma rede de solidariedade, comprometida com o progresso dos trabalhadores e com sua melhor inserção econômica nessa situação de desemprego e de necessidade de flexibilização de relações de trabalho [...]” (MINATEL; BONGONHA, 2015 p.257). Contudo, com a crescente utilização das técnicas no processo produtivo, a partir das décadas de 1960/70, as cooperativas agropecuárias passaram a assumir outra característica fundamental para o processo de modernização do campo. Farjado (2016, p.207) reforça que,

As cooperativas atuaram como agentes da modernização e da diversificação no campo. Mas, ao mesmo tempo em que algumas se “agigantaram”, perderam a sua essência cooperativista, atuando com as mesmas estratégias empresariais vigentes. Para essas, o sentido de entidade continuou existindo apenas como discursivo (FARJADO, 2016).

Como resultado, passam a ser inseridos no mercado e competir com grandes empresas privadas e se distanciam dos princípios cooperativistas atendendo, exclusivamente, aos interesses de alguns sócios cooperados, transformando radicalmente a sua natureza cooperativista. Neste sentido, os cooperados passam a ser apenas integrantes, e em muitos casos trabalhadores assalariados, o que acarreta no seu desvinculamento, pois, a mesma não mais segue os princípios do modelo cooperativista, passando a obedecer à lógica de reprodução do campo (RÊGO, 2009).

Nesta lógica, Farjado (2016) ainda alerta que a ação política e o poder representativo das cooperativas influenciam as atividades subsequentes, uma vez que

Ao ingressar em atividades agroindustriais, as cooperativas vão buscar fortalecimento agregando valor aos produtos primários e ampliando sua participação nas cadeias produtivas. Atingindo seus objetivos primários, as cooperativas também atendem aos interesses do Estado, de um lado, como instrumento da penetração do capitalismo no campo e, de outro, desencadeando um desenvolvimento econômico e regional [...] (FARJADO, 2016, p.217).

Entendemos que as cooperativas agropecuárias passam a reorganizar o território adotando os padrões do modelo capitalista de produção. E é este sentido que damos atenção a Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM), pois entendemos que a mesma se apresenta em conformidade com o Estado como uma reguladora das relações capitalistas no campo.

3.2 A nova dinâmica territorial no município de Monteiro (PB)

Economicamente, o município de Monteiro destaca-se, historicamente, pela presença da atividade pecuária, principalmente pelo criatório de bovinos, caprinos e ovinos, sendo os dois últimos os que se apresentam como os maiores do Estado, 28.104 e 17.415 cabeças, respectivamente (IBGE, 2016). Além disso, Monteiro vem sendo palco dos principais projetos e políticas direcionadas ao setor, como anteriormente apresentado no capítulo II.

Ainda se tratando da pecuária local, o município conta, além da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, vinculada a Prefeitura Municipal, com o Parque de Exposição de Caprinos e Ovinos e as sedes da Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) e o Centro de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura (CENDOV) que respondem pelas atividades desenvolvidas no Cariri paraibano.

No atual período técnico, o meio rural passa cada vez mais a ser dotado da técnica, da informação e da ciência, o que corrobora para as transformações das cooperativas agrícolas em empresas cooperativas (GONÇALVES, 2012), uma vez que sua lógica de reprodução é pautada no modelo capitalista, muito embora continue com seu discurso cooperativista.

Neste entendimento, concordamos com Valadares *apud* Gonçalves (2012, p. 23) ao comentar que:

[...] as cooperativas desenvolveram uma política de integração horizontal e vertical, aumentando sua participação no complexo agroindustrial e concorrendo diretamente com as agroindústrias da cadeia agroalimentar. Isto fez com que aumentasse o poder de barganha das cooperativas frente aos concorrentes e acirrasse as divergências e a oposição dos setores da agroindústria e do comércio que concorrem diretamente com as cooperativas.

Ainda nesta lógica, Farjado (2006 p.28) expressa que,

[...] as empresas cooperativas podem ser entendidas como agentes de transformação espacial, na medida em que atuam em determinadas áreas de forma regionalizada, estabelecem também uma parcela de divisão do trabalho, colaborando para o arranjo territorial (local e regional) e para a definição (temporal) de uma certa dinâmica social, que resulta numa ação no espaço.

Portanto, ao refletirmos sobre o que os autores acima expressaram, compreendemos que a dinâmica territorial do município é diretamente influenciada pela cooperativa aqui estudada, tendo em vista que ocorre tanto a diversificação da produção, uma vez que a cooperativa detém os aparatos técnicos para a sua reprodução, quanto a configuração das relações sociais, econômicas e políticas locais. É sobre essa dualidade que passaremos a discutir no tópico a seguir.

3.2.1 A dupla natureza da Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM)

A preocupação com o fortalecimento e, posteriormente com a comercialização dos produtos da atividade pecuária permitiram a criação de duas associações: a Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (AOCOP) (fotografia 02) e a Associação dos Produtores de Leite de Vaca do Cariri (ASPROLVAC) (fotografia 03), ambas localizadas na zona rural do município, que posteriormente passaram a integrar o Programa do Leite do Estado.

Fotografia 02: Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (AOCOP)



Fonte: Trabalho de campo, julho/2004. Acervo de Anieres Barbosa.

Fotografia 03: Associação dos Produtores de Leite de Vaca do Cariri (ASPROLVAC)



Fonte: Trabalho de campo, julho/2004. Acervo de Anieres Barbosa.

Ao perceber que as associações não mais davam conta das demandas, tanto do mercado estadual quanto das necessidades dos associados, e não mais permitiam a ampliação da comercialização e a modernização das atividades, em 23 de outubro de 2006, com o apoio do Deputado Estadual Carlos Batinga (PTB-PB) e do Diretor Técnico das duas associações, foi fundada a Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM), que passou a trabalhar com o recebimento, classificação, beneficiamento, padronização e industrialização de laticínios (fotografia 04).

Fotografia 04: Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM)



Fonte: Trabalho de campo, abril/2018. A esquerda usina de laticínios e a direita escritório administrativo. Acervo da autora.

A partir do momento em que se constituiu enquanto cooperativa, a CAPRIBOM passou a exercer uma influência territorial não apenas no município de origem, mas também nos municípios vizinhos, a exemplo de São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê e Camalaú, uma vez que passou a se comportar como usina de beneficiamento do leite destinado ao Programa do Leite.

Todavia, esta condição não apenas permitiu o recolhimento do leite produzido, mas também fomentou o processo de modernização da base técnica, haja vista que para conquistar novos mercados e permitir a expansão de suas ações no território, necessitava-se tanto da aquisição de equipamentos de unidade industrial, dentre alguns, destacamos os tanques de resfriamento (fotografia 05), quanto o melhoramento genético do rebanho e os transportes para o escoamento da produção.

Neste caso, os projetos Pacto Novo Cariri e o AGROCAPRI respondem pelas mudanças nas principais raças de rebanho, prevalecendo às raças leiteiras caprinas (Parda Alpina, Saanen, Alpina Britânica e Anglo Nubiana).

Ao refletirem sobre essa nova realidade, provocada pela atuação da Cooperativa, Simioni et al. (2009, p. 740) destacam que:

[...] Para fazer frente à nova realidade, elas buscaram se profissionalizar no que se refere à administração e às relações com os seus associados e se adaptar às regras do mercado, obtendo maior credibilidade. A cooperativa é vista hoje como uma ferramenta de desenvolvimento do setor, dando condições para o seu cooperado progredir com base em informações e orientações.

Fotografia 05: Tanque de resfriamento para a coleta do leite em estabelecimento rural, Sítio Aroeiras, Monteiro (PB)



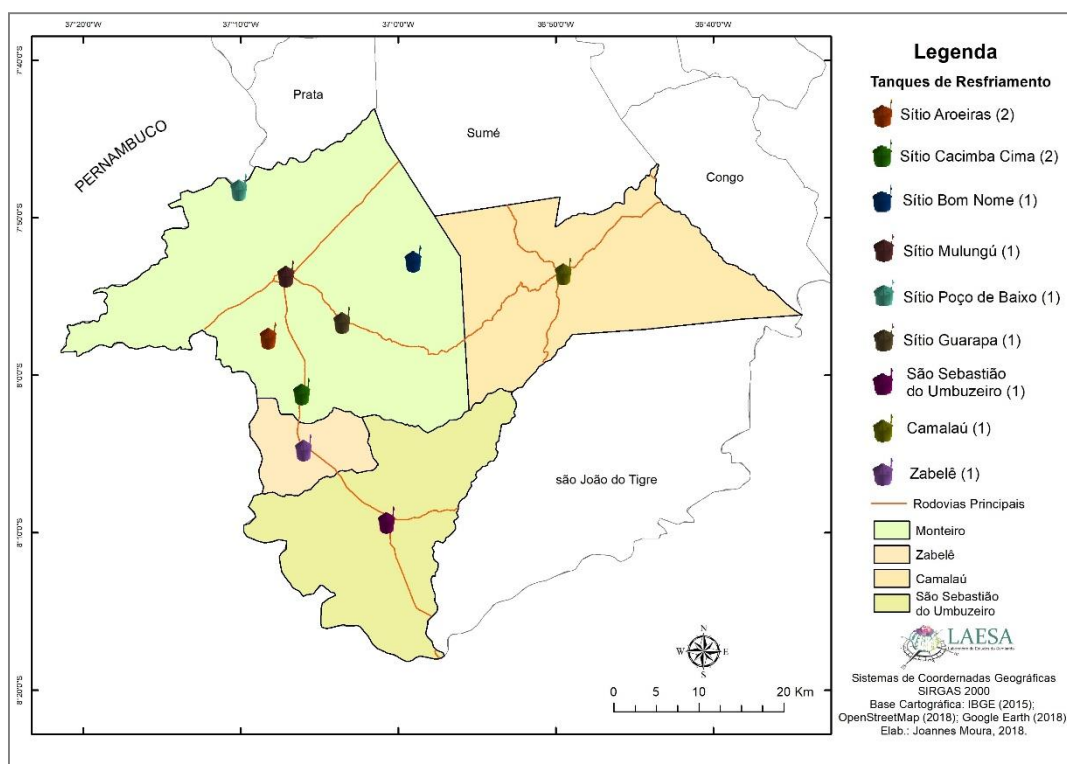
Fonte: Trabalho de campo, abril/2018. Acervo da autora.

No que se refere aos baús refrigerados, Rêgo (2009, p. 90) explica que:

Eles contribuem para uma melhor qualidade do leite coletado, uma vez que o transporte é feito em temperatura adequada. A utilização dos baús é uma exigência do Ministério da Agricultura. Segundo o mesmo, toda usina de beneficiamento de produtos laticínios devem, obrigatoriamente, realizar a coleta da matéria-prima nesses tanques de resfriamento.

Para garantir a qualidade da matéria-prima, em parceria com o projeto Cooperar e o Banco Mundial, foi realizado um investimento no valor de aproximadamente de R\$ 140 mil (Governo do Estado, 2015). A CAPRIBOM adquiriu pouco mais de 10 tanques de resfriamento¹⁸ destinados ao armazenamento do leite de vaca e de cabra, os quais foram distribuídos em pontos de coleta nos municípios de Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú e Monteiro (mapa 03). Cada tanque tem capacidade de armazenar mil litros de leite.

Mapa 03: Principais pontos de coleta e quantidades de tanques de resfriamento



¹⁸ Devemos registrar que devido a não localização das coordenadas geográficas não foi possível espacializar os tanques de refrigeração bem como sua quantidade dos sítios Camaleão (2), Araçá (2), Barro Vermelho (1) e Ringideira (1).

Devemos registrar que a utilização de alguns aparatos técnicos se apresentam como exigências de algumas políticas públicas, destacamos o Programa do Leite, principal cliente público da Cooperativa. A partir das informações de campo, constatamos que o não cumprimento de algumas normas acarreta em algumas sanções, como por exemplo,

[...]o programa do leite exige a qualidade, então a gente corre atrás de manter isso então, o produtor tem a sala de ordenha! não tem como tirar o leite? não tem sala de ordenha? então a gente suspende ele por enquanto, dá um prazo pra ele se organizar, quando ele se organizar e tiver a salinha de ordenha pra tirar esse leite a gente vai lá de novo vê se está faltando alguma coisa orienta ele direitinho e libera ele para fornecer o produto (Diretor de Produção e Vendas da CAPRIBOM em abril/2018).

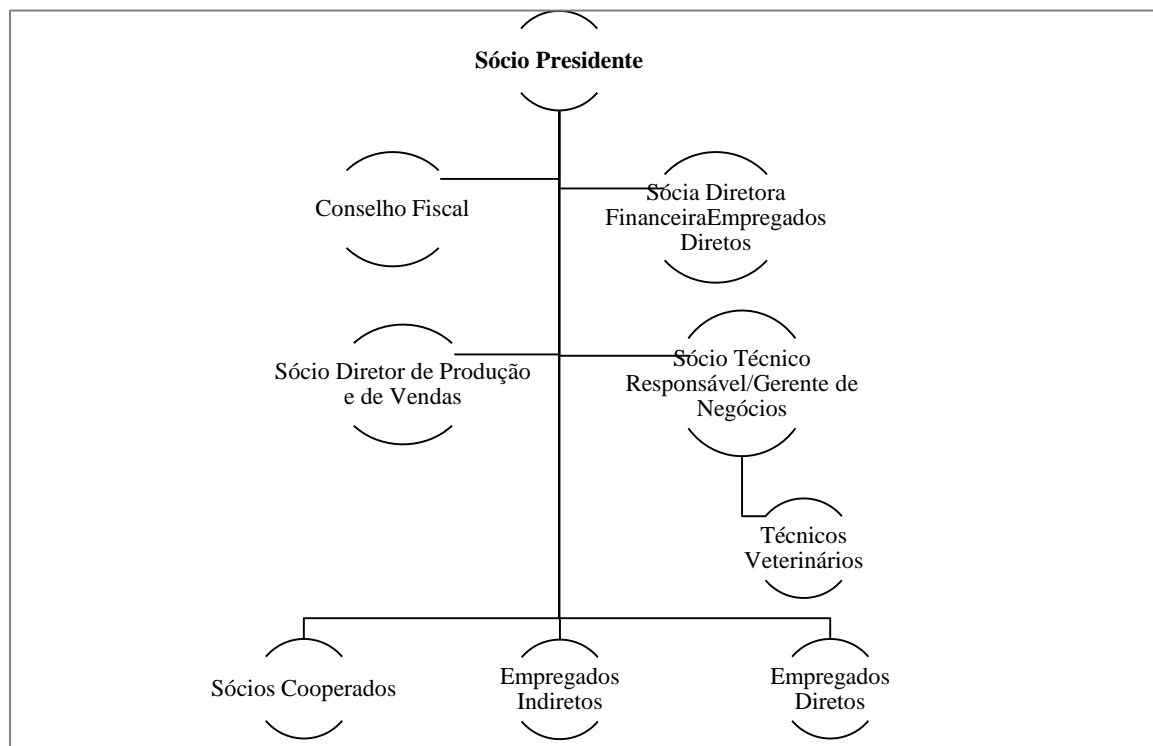
Além das orientações técnicas fornecida pela Cooperativa aos criadores, a mesma também investiu no aperfeiçoamento dos produtores responsáveis pelos pontos de coleta do leite até o momento da entrega nos baús refrigerados. As orientações se referem aos procedimentos considerados adequados para garantir a qualidade da matéria-prima. O monitoramento é realizado através de dois equipamentos: o Acidímetro de Fenolftaleína e o Lactodécimetro. Enquanto o primeiro é utilizado para calcular a acidez do leite, ou seja, o pH, e permitir saber com precisão se houve variação do momento da ordenha até seu resfriamento, o segundo é utilizado para determinar a densidade específica do leite, ambos permitem uma análise rápida da condição da matéria-prima ainda em temperatura ambiente.

Com a utilização destes dois equipamentos o controle da qualidade se tornou uma obrigatoriedade, pois nenhum produtor pode submeter sua produção antes de passar pelo teste inicial de qualidade. Nos casos em que a qualidade não é satisfatória, o criador não poderá entregar o leite naquela ocasião.

A rigorosidade na obtenção da matéria-prima para a confecção de seus produtos, assim como o beneficiamento do leite para venda ao governo do Estado, reforça o papel da Cooperativa na dinâmica do município, haja vista que a mesma se comporta tanto como uma empresa de laticínios capitalista quanto uma organização Cooperativista, quando melhor lhe convém. Isto é, sua estrutura interna (figura 02) se apresenta de forma similar de uma empresa capitalista agropecuária convencional, uma vez que ambas necessitam de matéria-prima e de mercado consumidor. Portanto, ressaltamos a participação do Estado enquanto fomentador da dualidade da CAPRIBOM, e tem

permitido mesmo que gradativamente o dinamismo e articulação territorial dos seus produtores na base produtiva.

Figura 02: Fluxograma da estrutura interna da CAPRIBOM



Fonte: Fluxograma organizado a partir das informações de campo. Elaborado pela autora, 2018.

A estrutura interna apresentada na figura acima se assemelha a estrutura organizacional de uma empresa agrícola convencional. Na base da estrutura, a Cooperativa conta com um quadro de funcionários, que se divide em diretos (15 a 20)¹⁹ e indiretos (média de 1.000), e aproximadamente 650 cooperados, dos quais 300 se encontram ativos. Além disso, mais de 200 potenciais cooperados esperam regularização para iniciar o fornecimento do leite.

Apesar de ter conseguido expandir e ampliar gradativamente sua área de atuação no território estadual, a CAPRIBOM ainda não possui a autonomia almejada por seus idealizadores, uma vez que ainda é dependente da comercialização do leite para o Estado, que é o seu maior comprador. Segundo informações do Diretor de Produção e Vendas da CAPRIBOM, os valores pagos pelo litro do leite são os seguintes: R\$ 1,13 para o leite de

¹⁹ Todos os funcionários da cooperativa também são cooperados e se encontram registrados em suas funções administrativas.

vaca e R\$ 1,99 para o leite de cabra²⁰. O excedente do leite fornecido pelos cooperados é utilizado para a fabricação de derivados, como destacou o Diretor de Produção e Vendas da CAPRIBOM, ao nos dar o seguinte depoimento:

Agente ainda depende 90, digamos 95% do Governo do Estado, o leite de cabra não tem saída no mercado privado, é... a gente faz produtos com leite de cabra também só que a saída é pouca, a gente tem registrado o queijo de leite de cabra [...], pré-cozido e experimento agente tem o queijo de leite de cabra defumado e o de vinho, banhado ao vinho, só que esses aí tão em processo de registro. Então a gente tá aguardando o registro pra gente colocar no mercado privado também. E o leite de vaca a gente tem os iogurtes de morango, salada e ameixa, em diferentes embalagens e o queijo de manteiga e o queijo pré-cozido coalho (Diretor de Produção e Vendas, abril/2018).

Assim sendo, busca-se no mercado privado a fixação e autonomia da Cooperativa na área de laticínios. Sobre o assunto, o mesmo entrevistado relata que:

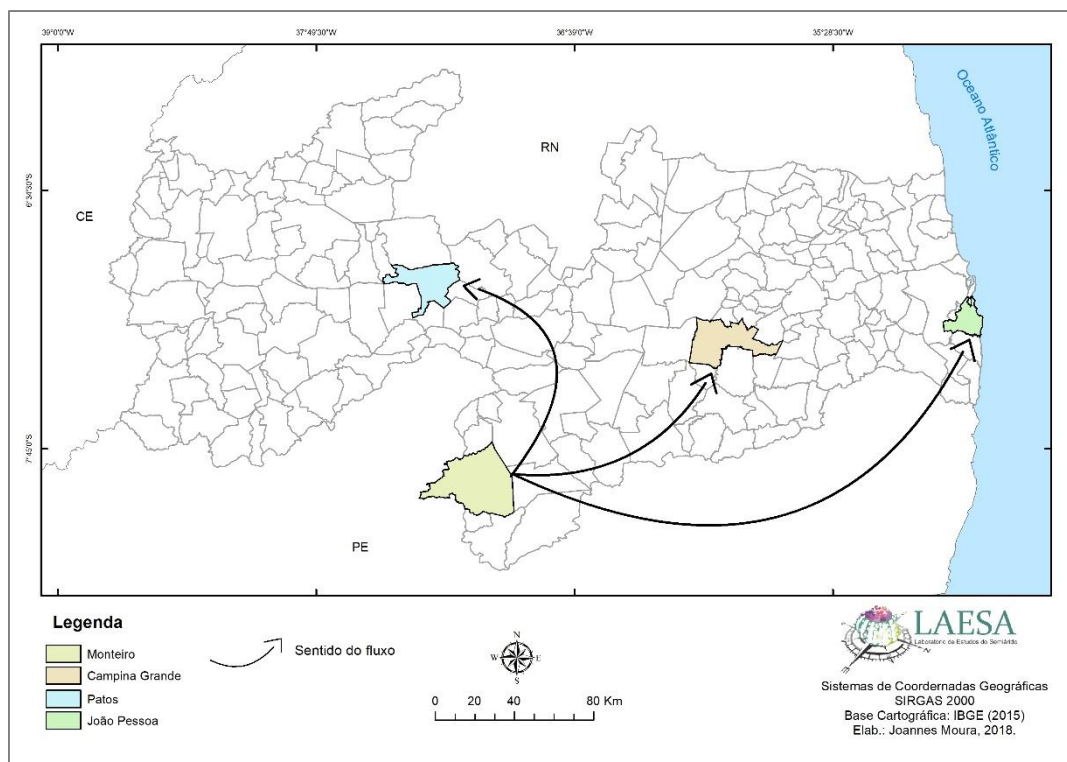
[...] a partir do momento que a gente se tornou Cooperativa é... agente buscou é... não só ficar destinando ao Governo do Estado mas, procurar nossas melhorias também. Porque o Governo do Estado é *cês* sabe que de quatro em quatro anos tem eleição de quatro em quatro anos, entra um governador é... tão não só não o Governo do Estado mas também o Governo Federal também é dessa forma e o programa do leite *contratório*, é por contrato. A gente tem essa certeza que [...] esse contrato é até o fim dele, final dele, mas depois a gente não sabe como vai ficar. Dependendo do governo quiser renovar beleza e se ele não quiser renovar? E aí? Então a gente procurou outros caminhos também. Já teve isso a muito tempo mas não teve aquele pique de deu certo, não deu certo? deu, mas não teve aquele pique: nós só vamos mexer com isso, deu muito certo que é ? o mercado privado. É... fabricando produtos com leite de vaca, iogurte, queijo de leite de vaca é... no início registrou junto ao serviço de inspeção aos órgão competentes colocamos no mercado privado, tem uma grande saída, principalmente aqui em Monteiro, a gente tem uma grande saída, a gente vende esses produtos bem, são produtos de alta qualidade [...] (Diretor de Produção e Vendas, abril/2018).

Portanto, observamos uma preocupação da diretoria no que se refere à dependência ao Governo do Estado. Sendo assim, podemos inferir que a Cooperativa busca no mercado privado a consolidação de suas ações, uma vez que tem objetivado impulsionar a sua produção para além das fronteiras municipais, a partir da

²⁰ O litro do leite repassado aos cooperados é de 1.79, no entanto, o Governo do Estado acrescente um complemento de 0.20 centavos, totalizando 1,99 reais o litro de leite caprino.

comercialização de seus produtos. Atualmente, alguns municípios do Estado passaram a receber os produtos da CAPRIBOM, como pode ser visto no mapa 04.

Mapa 04: Área de comercialização dos produtos da CAPRIBOM



Elaborado pela autora.

Na medida em que se expande, a Cooperativa passa a se comportar cada vez mais como “entidades-empresas” (FARJADO, 2016), pois para atingir as demandas do mercado provocam uma divisão interna de classes que acarreta por privilegiar grupos melhores posicionados e excluem aqueles que participaram diretamente do processo produtivo.

Neste cenário, a CAPRIBOM vem gradativamente alterando os espaços rurais da área pesquisada. Como consequência da prática do cooperativismo agropecuário atuando fortemente têm-se novas relações sociais e remodelagens dos espaços rurais, principalmente com a inserção de instrumentos técnicos, o que resulta na ligação das atividades agropecuárias ao setor industrial, uma vez que a Cooperativa passou a apresentar dupla natureza.

Para o monitoramento da produção assim como a divulgação de seus produtos, a CAPRIBOM conta com meios de comunicação, a exemplo de uma *blog* e telefonia fixa, que, via de regra, são utilizados como *marketing* para negociações com novos clientes.

Neste sentido, a CAPRIBOM passa a ser inserida nas relações peculiares do sistema produtivo vigente, considerando que a circulação da mercadoria também passa a ser colocada com extrema importância.

A modernização dos meios de comunicação se comportam como uma das características do atual período técnico, ou seja, o meio técnico, científico e informacional passou a atuar fortemente na área de pesquisa. Como ressalta Pereira (2015, p7), “[...] por causa da expansão das telecomunicações e dos computadores, que realizam os fluxos mais rápidos de informações, ultrapassando as fronteiras nacionais pela conectividade organizada dos discursos [...]” passa a estarem inseridas no território uma vez que o fluxo de mercadorias contém relações sociais e econômicas. Portanto, a Cooperativa passa a construir pouco a pouco as redes que atuam na funcionalização do território, promovendo principalmente a ligação entre o campo e a cidade.

No que se refere à produtividade, a CAPRIBOM concentra quase que em sua totalidade a produção leiteira do município, fornecendo diariamente 4.500 litros de leite de cabra e 6.900 litros de vaca ao PAA/Leite. Cada produtor-cooperado recebe uma cota de produção anual de 9.500 reais que, ao dividir pelo litro de leite de cabra (R\$1,79), resulta em 5.307 litros. Em linhas gerais, cada cooperado pode fornecer individualmente até 15 litros de leite para serem destinados ao beneficiamento e comercialização para o Programa. Entretanto, para a continuidade da produção própria dos derivados a Cooperativa recebe até 20 litros do leite caprino. O excesso corresponde em média a 1.500 litros/dia.

Tal sistemática também se aplica para o leite bovino, porém com valor diferenciado (R\$1,13 o litro). Com a cota de 8.407 litros anuais, o produtor destina para o beneficiamento e comercialização do Programa uma média de 23 litros diários, porém a Cooperativa recebe até 30 litros, no qual o excedente (2.100 litros/dia) também é destinado para fabricação de produtos próprios, que são comercializados com os nomes fantasia Carimilk e Lilibom (fotografias 06 e 07).

Fotografia 06: Queijos de cabra da marca Carimilk



Fonte: Trabalho de campo, abril/2018. Acervo da autora.

Fotografia 07: Queijo de vaca Carimilk e iogurtes Lilibom



Fonte: Trabalho de campo, abril/2018. Acervo da autora.

Dos tipos de queijo que estão sendo produzido, apenas o queijo de coalho encontra-se em fase de comercialização. Os queijos defumado e banhado a vinho, que aparecem na fotografia 06, estão em processo de registro junto ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE) da Paraíba.

Já os produtos derivados do leite bovino são principalmente os iogurtes (morango, salada e ameixa) e queijos (manteiga e coalho pré-cozido) que são comercializados localmente (fotografia 08) e em alguns municípios do Estado (como apresentado no mapa 04).

Fotografia 08: Casa do queijo da CAPRIBOM, Monteiro



Fonte: Trabalho de campo, abril/2018. Acervo da autora.

No que se refere aos produtos da Cooperativa, cabe ressaltar que ela se apresenta como pioneira no Estado na fabricação de queijos probióticos²¹, com tecnologia desenvolvida pela Embrapa Caprinos e Ovinos, localizada no município de Sobral (CE). As pesquisas são realizadas no Laboratório de Bromatologia do Departamento de Nutrição da UFPB. Segundo o gestor do Projeto Cooperar,

[...] a Capribom com essa proposta pode se habilitar com um projeto de investimento para expansão, junto ao Cooperar, que pode subsidiar em até 70% do plano de investimentos, desde que o corpo social da cooperativa seja integrado em 70% por agricultores pronafianos [...] (Governo do Estado, 2015)

Isto significa que na ambição de expandir e conquistar novos mercados, a Cooperativa além de contar com a “[...] organização no sistema, assistência técnica, acesso ao crédito com investimentos pelas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [...] e subsídio do governo, como, por exemplo, os investimentos pelo Cooperar [...]” (Governo do Estado, 2015) passa a exigir que a maioria de seus cooperados esteja vinculado as essas linhas de crédito, principalmente para o custeio de novas raças leiteiras caprinas. Os que não atendem aos novos padrões da Cooperativa passam a serem excluído, isto é, a materialização das forças que reorganizam os territórios rurais por meio

²¹ Segundo a pesquisadora da UFPB, os alimentos probióticos possuem microrganismos que são capazes de equilibrar a flora intestinal e gerar o processo digestivo adequado.

do setor privado se coloca como importantes estratégias para o controle da produção (FARJADO, 2007).

Neste sentido, em entrevista com Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável do município, foi relatado que “[...] o produtor sabe produzir, ele não sabe vender a sua produção [...]”. O entrevistado se referia a concentração da produção da Cooperativa, que seleciona a melhor matéria-prima. Em outras palavras, são os criadores que possuem as melhores raças e estão “dispostos” a aderir as políticas de créditos tanto para investimento quanto para custeio da produção, principalmente na aquisição das ordenhas mecânicas. Essa realidade que cada vez mais tem se tornado comum nos estabelecimentos dos cooperados.

Em visita a um dos estabelecimentos rurais, obtivemos, por meio de um relato do produtor, o seguinte depoimento:

Eu nunca vendi lá. Eu ia vender lá mas meu leite era pouco. [Dava quanto de leite aqui?] dava quarenta, cinquenta litros... para eles era pouco [...] na época que eu vendia [ao atravessador] era menos de um real, cinquenta centavos... naquela época lá era barato, bem mais barato[...] (Produtor rural do município de Monteiro, em abril/2018).

A partir desta informação podemos inferir que a Cooperativa apesar de contribuir para a modernização e valorização da pecuária leiteira no Cariri paraibano também reforça a desigualdade entre o pequeno e o grande produtor. Para Schneider (1981) *apud* Lourenço et al (s.d.),

[...] a atual estrutura cooperativa reforça a desigualdade entre os pequenos agricultores e os grandes proprietários, visto que a mesma tende a incorporar relações de dominação e subordinação presentes na sociedade maior. Na cooperativa, essa situação se manifesta no exercício do poder pelo grupo economicamente mais poderoso, que tende a se revezar nos cargos administrativos da mesma.

A Cooperativa não apenas seleciona os produtores, mas também influencia na dinâmica interna do município em face dos recursos que circulam na economia local e que são originários da atuação direta e indireta da CAPRIBOM que, segundo o Diretor de Produção e Vendas da cooperativa, o mesmo afirma que quinzenalmente circulam no município pouco mais de 500 mil reais. Além disso, na medida em que expande sua produção a mesma passa a conter em sua estrutura interna relações de poder, o que reflete diretamente nas relações externa à Cooperativa. Um exemplo de sua influência refere-se

ao Abatedouro e Frigorífico de Caprinos e Ovinos do município. Com investimento de R\$ 1,5 milhões, este equipamento foi construído em 2008 e nunca utilizado.

As divergências políticas acarretaram no abandono do abatedouro (fotografia 09), pois, de um lado, encontra-se a Cooperativa com o objetivo de realizar todas as etapas da cadeia produtiva, incluindo o abate de caprinos e ovinos, e na outra margem a prefeitura municipal. Portanto, a gestão dos equipamentos e a quem seria entregue a administração do abatedouro corroborou para o não funcionamento deste.

Fotografia 09: Abatedouro e Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Monteiro



Fonte: Trabalho de campo, abril/2018. Acervo da autora.

Medindo 40 metros de comprimento por 12 metros de largura e com capacidade de abater 120 animais por dia, o abatedouro contaria com o processamento e o armazenamento de produtos de origem caprina e ovina, sob a supervisão do Serviço de Inspeção Estadual e Federal. Seria priorizado o abate e o armazenamento da carne de animais com até 120 dias, com a finalidade de comercializar carnes mais macias e com uma melhor textura, as quais seriam destinadas a seletos centros urbanos.

Portanto, na medida em que as cooperativas passam a funcionar como empresas agropecuárias, as mesmas influenciam no gerenciamento de determinados setores, evidenciando o poder que exercem na produção do território. Neste sentido, entendemos que gradativamente as relações essenciais ao modelo de produção vão se alterando, uma vez que para se fixar no mercado, tornam-se necessárias alterações na base técnica produtiva e, por conseguinte, corrobora para uma reestruturação do sistema produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, por meio desta pesquisa, compreender a reestruturação produtiva da pecuária e as dinâmicas territoriais decorrentes da difusão da técnica, da ciência e da informação no município de Monteiro (PB). Esse processo tem intensificado a reprodução do sistema capitalista nos espaços rurais, modificando a estrutura produtiva atual, com o objetivo de maximizar os lucros e minimizar os custos, como amplamente destacado ao longo do texto.

Com a pesquisa, constatamos que esse processo, que se encontra em desenvolvimento na área de estudo, apresenta as contradições inerentes ao seu desenvolvimento e podem ser identificadas por meio da concentração da produção, da dependência e da exclusão dos produtores. Desse modo, é possível concluir que os resultados provocados pelas transformações presentes no território municipal estão produzindo o acúmulo de contradições no espaço, e que este se apresenta de forma heterogênea no território.

Também verificamos que a atual dinâmica territorial foi, e ainda vem sendo, intensificada pela adoção de projetos, como o Cooperar, o Agrocapi e a Qualificação do Arranjo Produtivo Local da Caprinocultura Leiteira no Semiárido Paraibano, e das políticas públicas agrícolas, principalmente as linhas de crédito agrícola subsidiada pelo PRONAF/B, além da atuação do PAA/leite, do Pacto Novo Cariri e da prática do cooperativismo agropecuário. Cabe destacar também que estes projetos/políticas objetivavam sobretudo a reestruturação e consolidação da cadeia produtiva da caprinovinocultura, fortalecendo principalmente a produção leiteira.

A modernização da agropecuária, por meio destas políticas, alimenta o processo de capitalização dos pequenos e médios produtores. Como resultado, a produção pecuária paraibana ganhou destaque nacional colocando a Paraíba como o segundo maior produtor de leite de cabra do país, e décimo sexto na produção de leite de vaca. Contudo, cabe destacar que apesar dos resultados alcançados não podemos deixar de considerar que, dialeticamente, esse processo modernizador também é responsável pelo endividamento dos agricultores familiares camponeses e gerador de desigualdades socioterritoriais. Portanto, este processo ao admitir a inclusão, contraditoriamente envolve a exclusão, ou seja, a contradição do processo de renovação da base técnica da pecuária acirra as modificações nas relações sociais e de trabalho no campo por meio da seletividade, principalmente de seus produtores.

As políticas governamentais de incentivo ao processo de mudanças produtivas formuladas pelo Estado brasileiro têm gradativamente redefinindo a função do território, uma vez que a mesma passa a ser seletiva e exige o modelo produtivo concentrador atual. Com isso, o espaço rural se torna cada vez mais dotado de ciência, técnica e informação materializadas por meio de infraestruturas modernas, como as que integram o processo produtivo e de atuação da Cooperativa-empresa destacada na pesquisa.

Diante do que foi exposto, temos a compreensão de que a Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM) é uma das principais dissipadores do atual modelo de reprodução do capital nos espaços rurais do município de Monteiro, na medida em que se apresenta com dupla natureza, isto é, os princípios cooperativistas tem se enfraquecido em decorrência das estratégias tipicamente empresariais que passaram a redefinir suas ações e seu desenvolvimento. Vale salientar que o capital não se apropria apenas da terra, mas sim da força de trabalho, se aproveitando das vantagens locais e gerando novas relações de produção e, principalmente, de trabalho.

Apesar de ter conseguido expandir e ampliar gradativamente sua área de atuação no território estadual, a CAPRIBOM ainda não possui a autonomia almejada por seus integrantes, uma vez que ainda é dependente da comercialização do leite para o Estado, que é o seu maior comprador, em decorrência de sua participação no Programa do Leite.

Portanto, reafirmamos que a pesquisa ora realizada procurou colocar em evidência o processo de reestruturação produtiva da pecuária e alguns elementos que permitem essas alterações da base produtiva no espaço rural do município de Monteiro (PB). Enfatizamos, ainda, que, apesar dos esforços em compreender este processo na área de estudo e suas principais contradições, os resultados e as reflexões ora apresentadas se constituem, ou podem ser vistas, como o primeiro passo de uma tentativa de produção do conhecimento sobre a temática estudada. Por fim, acreditamos que a verticalização desse conhecimento deverá surgir com pesquisas futuras que pretendemos realizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional. **Declaração sobre a identidade cooperativa. 1998.** Disponível em: <http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>
ALMEIDA, Jalcione. **A modernização da agricultura.** 1ª ed. 2011. Editora da UFRGS.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** Educação Agrícola Superior, Brasília, v. 15, n.Especial, p. 51-85, 1997.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE - histórico, situação atual e perspectivas.** Banco Regional de Desenvolvimento Do Extremo Sul. ES2003-02 COOP AGROP novembro/2003.

ANDRADE, Daniela L. de. A reestruturação produtiva do capital e o seu reatamento na democracia. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, desenvolvimento e crise do capital.** V, 2011. São Luís- Maranhão.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e Urgências.** Editora Revan. 2000, p. 165-196
Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR).** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>

BELISÁRIO, R. G.; NINAUT, E. S.; PRADO, G. R.; MARTINS, F. A. Z. **A agropecuária no contexto do cooperativismo História e compromisso de desenvolvimento.** Revista de Política Agrícola. Ano XIV – Nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2005.

BOAS, Lucas G. V. **Por uma Geografia do Poder”, de Claude Raffestin.** GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 116-122, jan.-jun. 2015.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro, 30ª ed. Editora Vozes, 2013.

CORREIA, Roberto. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná et al (Org). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro, Betrand Brasil, 2ª edição 2000, p. 15-47

COSTA, Márcia; FERREIRA, Márcio. **Desenvolvimento Local e Participação Popular: A Experiência do Pacto do Novo Cariri.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 15, n. 56 • São Paulo: 2010.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A região de Ribeirão Preto - SP.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ELIAS, Denise. **Globalização e Fragmentação do Espaço Agrícola Do Brasil.** Scripta Nova V. X núm. 218 (03), 1 de agosto de 2006.

ELIAS, Denise. Reestruturação Produtiva da Agropecuária E Novas Dinâmicas Territoriais: A Cidade Do Campo. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, X. 2005. São Paulo – SP, 2005 p. 20 a 26.

ELIAS, Denise. **Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, XII. 2012. Bogotá, Bolívia.

Experiências e ações de pesquisas e de fomento para cadeia produtiva do leite de cabra na Paraíba: Desafios e perspectivas. In: **Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos**. MAPA – BRASILIA.

FAJARDO, Sergio. **Ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no estado do Paraná**, Brasil. GeoTextos, vol. 12, n. 1, julho 2016. S. Fajardo. 207-230.

FAJARDO, Sergio. **Estratégias e Territorialidades das Cooperativas Agropecuárias e das Empresas Globais do Setor agroindustrial no Paraná**. Tese. (Tese em Geografia) UNESP– Presidente Prudente, SP, 2007.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1913.

GONÇALVES, Ricardo C. **A evolução do cooperativismo agropecuário no Brasil**. Monografia (Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2012.

Governo da Paraíba: disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/desenvolvimento-humano/fornecedores-paa-leite/>

Governo do Estado. **Paraíba avança na produção de queijos caprinos probióticos**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/paraiba-avanca-na-producao-de-queijos-caprinos-probioticos/>

Governo do Estado. **Produtores conhecem blocos Multinutricionais em Soledade**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/produtores-conhecem-blocos-multinutricionais-em-soledade/>

Governo do Estado. **Representantes do Sebrae Nacional conhecem as tecnologias desenvolvidas no Projeto Agrocapri**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/representantes-do-sebrae-nacional-conhecem-as-tecnologias-desenvolvidas-no-projeto-agrocapri/>

GREGÓRIO, Jean. Agricultores de 140 municípios estão inadimplentes com Pronaf. In: **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, seção: Economia e Negócios. 07/08/2009. Acesso em 14/08/2017. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/economia/noticia/27579_agricultores-de-140-municipiosestao-inadimplentes-com-pronaf>

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. **A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Censo Agropecuário, 2006.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Censo Demográfico, 2010.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil, 2017.** Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/espacos_rurais_e_urbanos/default.shtm.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Meu município, 2016.** Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/2509701-Monteiro-PB>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Pesquisa Pecuária Municipal, 2016.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2016>.

LIMA, Fernanda Laize Silva de. **Território, técnica e agricultura no Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2015.

LOCATEL, Celso. **Tecnificação dos Territórios Rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza.** Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Vol. Vol. XVI, núm. 418 (66), 1 de noviembre de 2012.

LOPES, José Edvaldo. **A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do capital no Meio Rural do Município de Ipaguançu – RN.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPB, João Pessoa, 2014.

LOURENÇO, N. P.; LUNA, F.M. de; SOUSA, J.G. **Cooperativismo, cooperação e território: um estudo de caso na COOPAPI em Apodi – RN, Brasil,** [ac. 2012].

MARANHÃO, Karinna Ugulino de Araújo. **Zoneamento ambiental do município de Monteiro-PB.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – UFPB, João Pessoa, 2014.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera L. S. **A Modernização da Agricultura no Brasil e os novos usos do território.** Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322 - ISSN 1981- 9021.

MEDEIROS, Rosa M. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, M.; SPOSITO, A. (Org). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos.** São Paulo, Ed. Expressão Popular, 1.ª edição 2009, p. 217-227

MINATEL, Jhonatan Felipe; BONGANHA, Carlos André Agronegócios: **A Importância do Cooperativismo e da Agricultura Familiar**. Empreendedorismo, Gestão e Negócios. v. 4, n. 4, Mar. 2015, p. 247-259.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli; SILVA, Lázaro Vinícius Oliveira **A reestruturação agrícola no centro oeste brasileiro: algumas considerações**. Geografia em Questão ISSN 2178-0234 V.05. N. 02, 2012 pág. 166-182.

OLIVEIRA, Petrúcio C. A. **Reestruturações Territoriais e Novas Territorialidades no Cariri Paraibano: reflexões a partir do Pacto Novo Cariri**. 2013. 156 f. Dissertação (Dissertação em Geografia/CCEN) – UFPB, João Pessoa, 2013.

Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/>
PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estudos Avançados. vol.3 no.7 São Paulo Sept./Dec. 1989.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. **Redes e fluxos em Geografia: uma abordagem teórica**. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 04, n.0 01, jan-jul. de 2015.

PIRES, M. J. S. **Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): 2000 a 2010**. Brasília: Ipea, dez. 2013. (Texto para Discussão, n. 1.914). Disponível em: <http://tinyurl.com/ms5sndll>.

PREVITALLI, Fabiane Santana; FARIA, Andréia Farina de. **Reestruturação produtiva e controle do trabalho o caso do setor de tabaco em Uberlândia/MG**, [ac. 2010].

PROCASE. **PROCASE realiza entrega de equipamentos no município de Monteiro**. Disponível em: <https://www.procasse.pb.gov.br/single-post/2018/02/24/Procasse-realiza-entrega-de-equipamentos-no-munic%C3%ADpio-de-Monteiro>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática S.A, 1993.

RÊGO, Eduardo. E. **Cooperativismo e território: questões sobre a COAPECAL em Caturité – PB**. (Dissertação de Mestrado - UFPB/CCEN). João Pessoa, 2009.

SALVADOR, Diego S. C. O. **O território usado e o uso atual do território do agreste potiguar**. Holos, Ano 25, Vol. 2. 2009.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano**. GeoTextos, vol. 12, n. 1, julho 2016. C. Santos. 157-181.

SANTOS, M. **Espaço e Método** (1985). 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. da. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova** (1978). 5. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 3. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEBRAE-PB. **Programa de emprego e Renda: MONTEIRO. João Pessoa, SEBRAE/PB/1997**. 65 p. (Diagnóstico Sócio-econômico, 43).

SILVA, A. B; RÊGO, E. E; SILVA, J. M. A tecnificação do território no Cariri Oriental paraibano: Políticas Públicas e Cooperativismo Agropecuário no município de Caturité – PB. In: SILVA, A. et al (Org). **Paraíba 2: Pluralidades e Representações Geográficas**. Campina Grande, EDUEFG, V. 2. 2017, p. 187-203.

SILVA, Tânia Paula da. **A crise no mundo do trabalho e o processo de migração campo/cidade/campo**. AVEPALAVRA: Revista de Letras. Câmpus de Alto Araguaia-UNEMAT-MT, pp 94-137, nº5, 2001/2004.

SIMIONI, F. J.; SIQUEIRA, E. S.; BINOTTO, Erlaine; SPERS, E. E. **Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 03, p. 739-765, jul/set 2009 – Impressa em outubro 2009.

SOUZA, Bartolomeu Israel; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor em áreas sujeitas à desertificação no semi-árido brasileiro. **Passages de Paris**, n. 6, 2011, p. 365 – 386.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002 - Revista AATR-BA. Disponível em <<file:///C:/Users/Windows/Downloads/POLITICAS+PUBLICAS+E+O+DESENVOLV+IEMNTO+LOCAL.pdf>>

THOMAZ JR., Antonio. **A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI**. Geosul, v.19, n.37, 2004.

TONNEAU, Jean-Philippe, AQUINO Joacir Rufino de, TEIXEIRA Olívio Alberto. **Modernização da Agricultura Familiar e Exclusão Social: O Dilema das Políticas Agrícolas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005.

APÊNDICES

Quadro 03: Órgão concedente, conveniente e valor total do financiamento, Monteiro

Concedente	Conveniente	Objetivo	Vigência	Valor total
SEAFDS - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semi-Árido	Cooperativa Dos Produtores Rurais de Monteiro LTDA (CAPRIBOM)	Reduzir o consumo de energia elétrica da CAPRIBOM através da implantação de um sistema de energia fotovoltaica no município de Monteiro/PB.	26/12/2018	358.955,00
SEAFDS - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semi-Árido	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Xique-Xique	Fortalecimento da caprinocultura para a melhoria da qualidade de vida, da produtividade, do rebanho, o fortalecimento da segurança alimentar e o desenvolvimento econômico e sustentável.	7/11/2018	184.684,11
SEDAP - Secretaria de Estado De Desenvolvimento Agropecuária e Pesca	Associação dos Dez	Fortalecimento da cadeia da caprinocultura, incentivando a melhoria da capacidade produtiva dos agricultores (as).	31/12/2014	662.000,00
PCOOPERAR - Projeto Cooperar do Estado da Paraíba	Associações de produtores dos sítios: Bom Nome, poção, Menfins, Pau Ferro, Queima, Uruçú, Olho Daguinha, Angiquinho, Picos, Limitão e Catolé/Monteiro.	Construção de cisternas de tela de alambrado.	25/09/2011 24/11/2011	535.248,00 (Este valor refere-se à somatória dos sítios, no qual seu valor individual corresponde a 107.049,60)
PCOOPERAR - Projeto Cooperar do Estado da Paraíba	Associação dos pequenos e médios produtores e criadores rurais do sítio salina	Implantação do sistema de abastecimento d'água completo.	28/2/2010	151.455,53

Fonte: Sistemas de Informações Governamentais - SIGA - CGE-PB/ Consulta Convênios por Município Monteiro. Adaptado pela autora, abril/2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Orientanda: Joannes Moura
Orientador: Anieres Barbosa

Roteiro de Entrevista de coleta de dados primários – I
Cooperativa de Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM)

Nome do entrevistado _____

Função/Cargo _____

Formação acadêmica: fundamental () ; médio () ; Técnico () _____ ; especialização () _____ ; superior () _____.

1. Em que Ano foi criada a Cooperativa e quais os seus objetivos?
2. Qual a sua opinião sobre a formação de cooperativas?
3. Do ponto de vista administrativo, como está organizada a Capribom?
4. Quantos associados fazem parte da Cooperativa?
5. Quantos empregados diretos e indiretos a Cooperativa possui?
6. Qual a origem do leite que abastece a Cooperativa (municípios, microrregião)?
7. Qual a quantidade diária e mensal de leite recebido?
8. Quem faz e como é feito o controle da qualidade do leite?
9. O leite produzido é originário de rebanhos/raças específicas? Quais?
10. Existe uma obrigatoriedade na padronização dos fornecedores de leite à Cooperativa? Quais? Por quê?
11. Qual a quantidade mínima e máxima do leite destinado à Cooperativa por associado?
12. Qual o valor do litro do leite (repassado ao cooperado)? Ocorre reajuste regular do valor e da cota? Se sim, quais os parâmetros para os reajustes? Se não, por quê?
13. Para quais municípios são comercializados os produtos da Cooperativa?
14. Quais são os requisitos básicos para ser cooperado?
15. Quem são os clientes regulares da Cooperativa?
16. Quem são os parceiros técnicos da Cooperativa e qual a regularidade das visitas?
17. Quais são as políticas agrícolas de incentivo à Cooperativa?
18. Como atuam as políticas de desenvolvimento na Cooperativa?

- 19.A Cooperativa subsidia os cooperados? Se sim, quais os subsídios? Se não, por quê?
- 20.A Cooperativa participa de alguma política do Estado (PNAE, PAA,)?
21. Qual o rendimento médio (reais) dos cooperados?
22. Como se dá a participação da cooperativa na economia local?
- 23.Quais as principais dificuldades e desafios enfrentados pela cooperativa?

Observações:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

Orientanda: Joannes Moura
Orientador: Anieres Barbosa

**Roteiro de Entrevista de coleta de dados primários – II
Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nome do entrevistado _____

Função/Cargo _____

Escolaridade: Ensino Fundamental () ; Ensino Médio () ; Curso Técnico () ; Ensino Superior () ,Especialização () . Outro () Qual? _____;

- 1.Como está organizada administrativamente a Secretaria e quais seus principais objetivos?
2. Em qual período ocorreu maior investimento na produção pecuária? (Ano, governo)
- 3.Atualmente, quais os projetos destinados à pecuária que estão sendo desenvolvidos pela Secretaria?
4. Quais as políticas ou ações que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria para atender as demandas do homem do campo?
5. A secretaria tem parceria com instituições técnicas e de pesquisa? Se sim, quais as instituições e quais os objetivos da parceria?
6. Como se dá o apoio técnico aos produtores rurais do município (orientação técnica)?
- 7.Quais as principais políticas agropecuárias estaduais/federais que estão sendo executadas no município?
- 8.Há política de incentivo a adoção de tecnologias ou melhoria genética e alimentar dos rebanhos caprino, bovino, ovino do município? Se sim, quais e de que maneira a secretaria participa?
- 9.Já é possível identificar impactos da Transposição do Rio São Francisco no desenvolvimento da agropecuária municipal? Se sim, quais? Se não, por quê?

11. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Secretária no que se refere a agropecuária do município?

Observações:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

Orientanda: Joannes Moura
Orientador: Anieres Barbosa

**Roteiro de Entrevista de coleta de dados primários – III
Produtores Rurais**

Nome do entrevistado _____

Função/Cargo _____

Escolaridade: Ensino Fundamental (☐); Ensino Médio (☐); Curso Técnico (☐); Ensino Superior (☐), Especialização (☐). Outro (☐) Qual? _____;

1. Qual a principal fonte de renda da família?
2. Por que se tornou cooperado? Quem ou o quê influenciou na sua decisão?
3. Participava/participa de alguma política antes/depois de ser cooperado? (PAA/PNAE)
4. Quem são os maiores investidores da produção? (Público, privado/particular)
5. Tem conhecimento de políticas que incentivam a produção da agropecuária local? Se sim, Qual(is)?
6. O(A) Senhor(a) conta com assistência técnica? Se sim, qual a frequência das visitas técnicas? Se não, por quê?
7. Atualmente, trabalha apenas com a produção de leite?
8. Quais as principais raças leiteiras que dispõe no estabelecimento?
9. A produção de leite é destinada exclusivamente para a Cooperativa ou vende para estabelecimentos comerciais?
10. Qual o valor pago pela cooperativa pelo litro do leite? Houve reajuste recentemente?
11. Como é feito o repasse dos valores para o cooperado?
12. Ocorre atraso nos pagamentos? Se sim, com que frequência?
13. Antes de ser cooperado, enfrentava dificuldades para escoar a produção de leite? Quais? Elas ainda existem?

14.A Cooperativa/Secretaria de Agricultura exigiu alguma mudança na forma de manejo, produção e/ou armazenamento do leite? Quais? Por quê?

15. Fez investimentos ou melhorias no estabelecimento depois que se tornou cooperado?

16. Quais os impactos positivos e negativos de ser um cooperado?

17. Qual a importância da Cooperativa para a sua produção?

18.Se pudesse, recomendaria outros produtores a serem cooperados? Por quê?

Observações: